



PARTIDO DOS
TRABALHADORES (PT)
BETIM/MG

PLANO DE AÇÃO
GOVERNAMENTAL (PAG)
ELEIÇÕES 2020



MARIA DO CARMO
ESCUTA BETIM!

A Transição Ecológica para
o Século XXI e o Bem Viver


Maria
DO CARMO
P R E F E I T A
VICE Edson Soró

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. A TRANSIÇÃO ECOLÓGICA PARA A NOVA BETIM DO SÉCULO XXI
 2. DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL E DIREITO À CIDADE
 3. POLÍTICAS SOCIAIS E A REALIZAÇÃO DE DIREITOS PARA CUIDAR DAS PESSOAS EM BETIM
 - 3.1 Políticas Sociais e Realização de Direitos
 - 3.2 Defender um estado local forte para realizar o planejamento e gestão das políticas
 - 3.3 Construção articulada e integrada das políticas sociais
 - 3.4 Gestão democrática, eficiente e com controle social
 - 3.5 Promover igualdade com equidade, superação das iniquidades e a defesa dos direitos humanos
 4. GESTÃO ÉTICA, DEMOCRÁTICA E EFICIENTE PARA CUIDAR DE BETIM
 - 4.1 Gestão Democrática
 - 4.2 Gestão Ética e Transparente
 - 4.3 Reconstruir a Capacidade Institucional e Gerencial do Estado
 - 4.4 Gestão Inovadora
 - 4.5 Qualidade da despesa pública
 - 5 PARTICIPAÇÃO POPULAR E CONTROLE SOCIAL PARA CUIDAR DE BETIM
- ## REFERÊNCIAS

APRESENTAÇÃO

Este Plano de Governo para a Gestão 2021-2024 foi redigido por centenas de mãos. Durante dois meses, cerca de 1.200 cidadãs e cidadãos betinenses, de diferentes origens, bairros, formação, opção religiosa, realizaram um total de 25 reuniões virtuais para identificar, discutir e apresentar soluções para os problemas e desafios do Município, neste momento em que uma grave crise humanitária nos interpela a rever prioridades, definir novos rumos e fazer melhores escolhas.

O diálogo foi intenso com a população e muitas propostas, aqui sistematizadas por área, foram também apresentadas por dezenas de betinenses que vocalizaram suas prioridades para a cidade na plataforma www.mariadocarmoescutabetim.com.br, criada especialmente para este propósito. Todas traduzem nosso sonho comum de construir uma cidade socialmente mais inclusiva e melhor para se viver.

O futuro que desejamos está delineado nestas páginas e, ao assumirmos publicamente este compromisso com vocês, cidadãs e cidadãos betinenses, nosso sentimento é de gratidão pelo trabalho exemplar realizado colaborativamente, como o PT sempre fez, como deve ser em uma democracia.

Sem desconsiderar as carências e dificuldades relatadas no diagnóstico, muitas delas agravadas com a pandemia, sonhamos e planejamos juntas e juntos uma Betim mais humana, acolhedora, social e ambientalmente sustentável.

1. A TRANSIÇÃO ECOLÓGICA PARA A NOVA BETIM DO SÉCULO XXI

Há 50 anos, Betim possuía economia diversificada e uma população de 37.815 habitantes (IBGE, 1970), distribuída majoritariamente em pequenas propriedades rurais (53,63%). Na década de 1970, cujo modelo de desenvolvimento econômico predominante no estado era via industrialização, a cidade foi escolhida pelo governo de Minas para ser um polo industrial. A partir de então, passou a oferecer infraestrutura para receber indústrias tornando-se, nos anos seguintes, a segunda maior economia de Minas Gerais.

Atualmente, ainda que esforços com vistas à diversificação da economia tenham sido empreendidos tanto pelo executivo estadual¹ quanto pela administração municipal do PT, entre 2009-2012², resultando na expansão do setor de serviços, a economia do município permanece fortemente dependente do setor industrial, como mostram os dados do Valor Adicionado por Setor do Sebrae Minas.³

Betim chega a 2018 como o 4º PIB do estado e o 34º do país (IBGE) - posições que, todavia, não se sustentam quanto aos indicadores sociais. Ainda que o IDH de 0,749 seja considerado alto (0,749, segundo o IBGE)⁴, o Município ocupa a 562ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros e está bem abaixo de Belo Horizonte e Contagem (com 0,810 e 0,756, respectivamente). Em relação ao Índice Sebrae de Desenvolvimento Econômico Local (Isdel), Betim ocupa a 22ª posição no Ranking de Minas Gerais e a 288ª posição no Ranking Brasil.⁵

Esses dados evidenciam que parte significativa da população ainda vive em condições precárias. Tais fatores, somados às condições climáticas e à crise sanitária e econômica atual, determinam

¹ Trata-se do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) da Região Metropolitana de Belo Horizonte (2011), que elege Betim como um dos três municípios de referência da RMBH para a descentralização da demanda de serviços e negócios até então atendida pela capital.

² Em 2009, a legislação municipal foi modernizada para combater a informalidade. Houve, também, aquecimento do mercado interno com a participação das empresas locais nas compras da Prefeitura.

³ Conferir em <<https://www.inteligencia-sebraemg.com.br/valor-adicionado-por-setor>>.

⁴ Dados de 2010, do Atlas de Desenvolvimento Humano.

<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/betim_mg>.

⁵ Indicador, criado pelo Sebrae Minas, que sintetiza cinco dimensões responsáveis por promover o desenvolvimento econômico local. Acesso em: <<https://www.isdel-sebrae.com/sobre-o-isdel>>.

que se repense o modelo de desenvolvimento adotado para se construir uma cidade socialmente mais inclusiva, melhor para se viver.

É importante lembrar que, no plano nacional, os governos do PT articularam um novo padrão de desenvolvimento, combinando medidas destinadas a fomentar a transição para a economia de baixo carbono, no plano interno, com uma postura ativa e propositiva nos foros internacionais de negociação de ações coordenadas sobre mudanças climáticas, no plano externo. Tal postura resultou no estabelecimento da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

Convergindo com essa política propõe-se, no âmbito municipal, uma transição ecológica para o século XXI. Eixo norteador da gestão do PT, a transição é um processo estratégico voltado a uma economia justa, que respeita todas as formas de vida e garante a manutenção da vida humana, integra políticas públicas que prezam pela garantia e soberania do ar, da água, dos minérios, fauna e flora.

A transição ecológica sustenta a promoção de transformações na sociedade, visando à distribuição da renda, à justiça social, ao exercício da liberdade, à democracia, à soberania popular e do País e a um mundo multipolar.

Esse novo modelo leva em conta os padrões atuais de desenvolvimento econômico, cultural, socioambiental e político do município, o que significa considerar a questão ambiental, o modo de produção e a economia de baixo carbono como aspectos a serem integrados a partir da ação da gestão municipal e da participação da sociedade.

Considera, ainda, que a solução para a grave crise climática na qual nos encontramos está diretamente ligada à concepção ambiental, inclusão social, educação, saúde, cultura, saneamento, planejamento urbano, mobilidade e, também aos modelos econômicos e de gestão.

A transição ecológica aponta para uma nova forma de produção com baixo impacto ambiental e alto valor agregado, valendo-se, para isso, da adoção de tecnologias modernas, flexíveis e inteligentes - tecnologias de informação e comunicação, biotecnologia, nanotecnologia, agricultura de baixo carbono, tecnologias da economia circular (eficiência energética, uso de materiais, reciclagem etc.).

Essa perspectiva se traduz em integração das políticas a partir do Executivo, bem como na articulação entre o planejamento de governo e todos os instrumentos de planejamento como PPA, LDO, LOA, plano diretor e planos setoriais.

Considerando a visão sobre a Betim queremos no século XXI, a solução para os graves problemas do município está diretamente ligada à concepção ambiental, inclusão social, educação, saúde, cultura, saneamento, planejamento urbano, mobilidade e, também aos modelos econômicos e de gestão.

Nesse sentido, o Plano de Governo propõe, por exemplo, planejamento urbano com saneamento básico, desenvolvimento econômico com redução de carbono, habitação com plano de arborização, saúde com SUS.

Além disso, pretende mudanças nos padrões de consciência, cultura política e de comunicação na sociedade, visando maior organização e participação, especialmente dos trabalhadores e das trabalhadoras e dos setores excluídos, bem como a ampliação do espaço público, de maneira a evidenciar os diferentes interesses e conflitos.

Portanto, a transição que o Governo do PT fará em Betim será orientada pela concepção do Bem Viver⁶, para que os habitantes se sintam pertencentes, responsáveis e parte integrante da cidade, do campo, dos processos de decisão e de tudo que coexiste no município.

⁶ Conceito em construção a partir da maneira indígena de ver a vida, o Bem viver enfatiza cosmovisões, experiências e determinadas práticas existentes nos Andes e na Amazônia, assim como em outros lugares do planeta. No Brasil, também pode ser interpretado como *nhandereko* (guarani). As culturas indígenas veem a natureza de forma integral, sendo a Terra (*Pacha Mama*) um organismo vivo, da qual os seres humanos fazem parte.

2. DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL E DIREITO À CIDADE

A transição ecológica para o século XXI fundamenta-se nos princípios da sustentabilidade, da equidade e da justiça social, e pressupõe a participação cidadã de todas e todos nos processos de decisão concernentes aos temas que afetam suas vidas.

Ancorado nesses princípios, este Plano de Governo considera que todas as pessoas que vivem em Betim têm direito ao desenvolvimento urbano e rural socialmente equilibrado, ambientalmente sustentável, e à participação política. Também, exige que todas e todos têm direito à cidade, o que equivale ter acesso à moradia digna e à terra urbanizada; ao saneamento ambiental; à mobilidade; à inclusão social e à participação política e cidadã.

Por consequência, presume-se que as ações de governo sejam orientadas para a redução das desigualdades; a sustentabilidade financeira e socioambiental; o combate à discriminação de grupos sociais e étnico-raciais; o combate à segregação urbana e às limitações à diversidade socioespacial; o compromisso com a função social da cidade e da propriedade.

Assim, garantir o direito à cidade significa assegurar o direito à moradia digna com saneamento básico – água encanada, rede de esgoto, coleta de lixo, drenagem das águas pluviais; direito ao deslocamento seguro, com o sistema viário priorizado para as viagens por transporte coletivo, a pé ou de bicicleta; direito a equipamentos públicos de cultura, lazer, educação, saúde nas cercanias da moradia; acesso a equipamentos públicos em qualquer lugar da cidade, sem discriminação ou constrangimento; direito à água limpa nos rios e córregos, a respirar sem poluição atmosférica, à convivência sem poluição sonora.

A transição ecológica em Betim deve ter como meta contribuir para o controle das mudanças climáticas e a mitigação dos efeitos de eventos extremos, como chuvas muito volumosas que ocasionam enchentes e deslizamentos, ou secas prolongadas que afetam o abastecimento de água e as atividades agropecuárias. É necessário também contribuir para a redução das emissões de gases de efeito estufa, com a conversão da frota de ônibus e outros veículos do poder público municipal para sistemas de propulsão menos poluentes, assim como criação e cuidado com os parques e intensa arborização no espaço urbano.

Portanto, este Plano de Governo assume que todas as pessoas que vivem nas áreas rurais do município têm direito à qualidade de vida; a uma ocupação da terra que promova políticas e ações socioeconômicas ambientalmente sustentáveis; a apoio técnico para a agricultura familiar, com acesso às tecnologias agroecológicas; ao planejamento e zoneamento das atividades agropecuárias; à manutenção das unidades de conservação, de áreas de proteção e recuperação de mananciais e das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e de Reserva Legal nas propriedades rurais, além da proteção de terras indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais.

Para responder a esses desafios, é vital que se adote a perspectiva da transição ecológica nos municípios. As propostas seguintes consideram que planejamento, articulação regional e aplicação dos instrumentos de regulação devem fazer o enfrentamento dessas duas urgências, a climática e a pandemia. Também valorizam a criatividade para estabelecer novas estratégias de organização, participação popular e de financiamento, tendo em vista o desmonte dos programas federais de financiamento de habitação, saneamento, mobilidade e a extinção dos mecanismos de articulação entre o governo federal e os estados e municípios.

Neste sentido, propomos:

1. Desenvolver uma economia local de baixo impacto ambiental e alto valor agregado:
 - 1.1. cuidando das áreas de preservação ambiental da Serra Negra, da Represa Várzea das Flores, dos Rios, etc.;
 - 1.2. acumulando competências e aprendizados para inovar;
 - 1.3. desenvolvendo políticas de financiamento e reforma fiscal verde;
 - 1.4. implementando infraestrutura sustentável para o desenvolvimento;
 - 1.5. promovendo a sustentabilidade energética;
 - 1.6. diversificando a matriz de transporte, mobilidade e a circulação de pessoas (rever e retomar a implantação do Metrô de Belo Horizonte a Betim);
 - 1.7. criando o Banco do Povo com Moeda própria;
 - 1.8. apoiando as micro e pequenas empresas.
2. Promover o direito humano à água e ao saneamento, criando mecanismos de proteção total e permanente à Represa de Várzea das Flores;
3. Reordenar a Política de Resíduos Sólidos;
4. Reduzir valores abusivos de IPTU;

5. Dialogar com a indústria e o comércio sobre os parâmetros de emissão e a redução de poluições;
6. Desmatamento zero, proteção da sociobiodiversidade e a importância da Serra Negra para a transição ecológica em Betim;
7. Nova governança para a transição ecológica: Educação ambiental;
8. Promover condições para o Bem Viver na Cidade de Betim
 - 8.1. Protagonizar um novo marco de desenvolvimento para Betim, mitigando o conceito de cidade resiliente⁷, menos poluída e mais iluminada;
 - 8.2. Estabelecer diálogo federativo na construção de soluções para os problemas da cidade;
 - 8.3. Buscar a garantia de uma Segurança Pública eficiente, humanizada e justa;
 - 8.4. Buscar a garantia de fornecimento de água tratada e de esgotamento sanitário em toda a cidade;
 - 8.5. Promover uma gestão de resíduos sólidos consciente, seletiva e protetora do meio ambiente;
 - 8.6. Transformar o transporte coletivo, inclusive retomando a luta pelo Metrô e humanizando a circulação de pessoas, assegurando a mobilidade e a acessibilidade urbana. Betim deve ser uma cidade ágil que valoriza a vida;
 - 8.7. Garantir o direito à habitação;
 - 8.8. Buscar todos os meios para garantir o Direito à moradia digna, com saneamento (água, esgoto);
 - 8.9. Reduzir as desigualdades sociais e regionais na cidade;
 - 8.10. Enfrentar a miséria em todas as regiões da cidade;
 - 8.11. Ampliar todas as possibilidades de geração de emprego e renda;
 - 8.12. Manter e ampliar os serviços públicos descentralizados (garantia de alimentação saudável, saúde, educação, assistência social, cultura, esporte e lazer);
 - 8.13. Garantir o acesso aos serviços públicos de qualidade;
 - 8.14. Garantir a proteção e a defesa dos animais.
9. Promover condições de Bem Viver na Área Rural de Betim
 - 9.1. Caracterizar as regiões da cidade (área de proteção e preservação ambiental, manancial, fauna e flora, produção agrícola e pecuária, esporte e lazer, turismo, etc.);
 - 9.2. Estimular a produção de alimentos saudáveis (produtos agroecológicos orgânicos);

⁷ Resiliência é uma habilidade que permite responder, de forma intuitiva, à extrema adversidade ou estresse agudo observado ao longo da vida.

- 9.3. Fortalecer a agricultura familiar de base agroecológica;
- 9.4. Promover a aquicultura e a pesca;
- 9.5. Identificar ações de agronegócio e propor políticas para a atividade;
- 9.6. Assegurar apoio técnico à produção;
- 9.7. Promover o adequado escoamento da produção rural;
- 9.8. Promover a compra e venda dos produtos (atacado, varejo, poder público, feiras, entrega domiciliar, etc.);
- 9.9. Promover o desenvolvimento tecnológico, econômico e a geração de renda;
- 9.10. Garantir a vigência dos Direitos Humanos e Sociais no campo com o acesso aos bens (inclusive luz, telefone, internet e TV) e serviços públicos para assegurar qualidade de vida ao trabalhador rural (educação, saúde, lazer, etc.);
- 9.11. Garantir a proteção e a defesa dos animais.

3. POLÍTICAS SOCIAIS E A REALIZAÇÃO DE DIREITOS PARA CUIDAR DAS PESSOAS EM BETIM

3.1 Políticas Sociais e Realização de Direitos⁸

1. Reafirmar a Assistência Social enquanto direito do cidadão e dever do Estado, buscando priorizar as diretrizes do II Plano Decenal da Assistência Social (2016-2026) - ASSISTÊNCIA SOCIAL ACESSÍVEL A TODOS. Para tanto, favorecer o acesso aos serviços públicos de qualidade, buscando romper com ações clientelistas, de cunho assistencialista e meritocrático.

Nos governos Lula e Dilma a Assistência Social obteve avanços admiráveis representados inclusive nas normativas que orientam a organização deste Sistema. Entretanto, em Betim precisamos atualizar o a gestão do SUAS a fim de alcançar os objetivos e evitar a precarização e então, vislumbrarmos outros avanços possíveis nessa política social. Sendo assim, de fato precisamos:

2. Promover o aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) local conforme as normativas Federais e Estaduais.

A Legislação Municipal que regulamenta o SUAS encontra-se desatualizada, motivo pelo qual iremos:

3. Elaborar e apresentar projeto de lei que regule o SUAS Betim, à Câmara Municipal de Vereadores, incluindo os benefícios eventuais e de transferência de renda.

O SUAS preconiza a atenção integral às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social e para tal a concretude da intersetorialidade é elemento primordial de forma, inclusive, a otimizar recursos, evitar sobreposições, discutir casos, elaborar planos de acompanhamento, garantindo-se assim, o acesso e efetiva realização do direito à habitação, educação, saúde, trabalho, renda, alimentação, esportes, lazer, cultura, etc.. Sabemos, entretanto, o quanto é desafiadora a

⁸ Propostas construídas de acordo com REZENDE, C.A.P., Metodologia de elaboração participativa de Plano de Governo, on-line, por meio de serviços de grupos de *Whatsapp*, de conferência remota/Zoom e plataforma do Plano de Governo Participativo Maria do Carmo Escuta Betim, mimeo, set. 2020.

implementação da intersectorialidade, mas acreditamos que com coordenação institucional poderemos avançar. Neste sentido, propomos:

4. Instituir o Gabinete de Gestão Intersectorial Municipal, com Coordenação Intersectorial vinculada ao gabinete da Prefeita.

Ademais, consideramos que, para que o sistema possa funcionar, a gestão deve promover debates e construir consensos sobre os temas em pauta e para tal, propomos:

5. Implantar a Gestão Colegiada Intersectorial na Secretaria Municipal de Assistência Social em todos os estabelecimentos da Rede de Serviços do SUAS.

O cofinanciamento do SUAS é feito com recursos financeiros municipais, estaduais e federais. Infelizmente os entes federal e estadual não têm cumprido o seu papel de coordenação e também o de financiamento, a contento. Mas, também, no Município, a Assistência Social não tem assegurado os recursos proporcionais aos níveis crescentes de pobreza, miserabilidade, vulnerabilidades e violações de direitos observados na Cidade. Assim, é imprescindível:

6. Garantir a ampliação dos recursos orçamentários do Fundo Municipal de Assistência Social avançando para que as provisões sejam planejadas e providenciadas de acordo com indicadores sociais e sejam acessíveis no momento certo, de qualidade e condizentes com as necessidades sociais dos diferentes públicos, territórios e situações, a exemplo da situação de segmentos sociais diante da pandemia do novo coronavírus/SARS-CoV-2, que causa a doença COVID-19; e

7. Fortalecer e capacitar os setores de captação de recursos/convênios e prestação de contas.

Os equipamentos da Assistência Social precisam de espaços adequados para a realização dos serviços que ali acontecem, bem como assegurar acessibilidade para idosos e pessoas com deficiência, situações estas que não se encontram solucionadas no Sistema Único da Assistência Social de Betim e para tal faz-se necessário construir a sede própria para os CRAS e para a Casa dos Conselhos. A Casa dos Conselhos deve se tornar um espaço reconhecido e definitivo de referência para o controle social e para a população em geral sobre as políticas públicas de direitos e, por esse motivo, a rotatividade de endereço, bem como a incapacidade física de sediar diferentes conselhos não contribuem para o estabelecimento de confiança, vínculo e de referência como um serviço de interesse social.

A principal “tecnologia” da Assistência Social são as suas trabalhadoras e os seus trabalhadores. Em 1993, no primeiro governo da Maria do Carmo Lara, foi implantada na nossa cidade uma admirável política de valorização e profissionalização dos servidores públicos. Entretanto, com o passar dos anos, ao invés de aprimorar, o que fizeram foi precarizar a atenção, a motivação e, conseqüentemente, os cuidados com os servidores públicos, o que reflete diretamente na qualidade dos serviços prestados à população. Por isto, o PT, ao assumir o governo em 2021, precisa:

8. Retomar a política de valorização do servidor público, por meio do ingresso na Prefeitura pela porta da frente, via concurso público, com atualização do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, com assistência efetiva ao servidor, com processos de educação permanente com capacitações e atualizações profissionais, regulares, etc..

O SUAS organiza-se por meio das Proteções Básica, Especial de Média e Especial de Alta Complexidade, bem como da gestão e benefícios eventuais e continuados, além de programas e projetos, instituídos conforme as necessidades sociais.

A **Proteção Social Básica** conta com os Centros de Referência de Assistência Social (CRASs), a fim de superar vulnerabilidades e prevenir violações de direitos e cuja localização deve se dar nos territórios mais vulneráveis do Município e são referências para, até cinco mil famílias.

A **Proteção Social Especial** conta com diferentes equipamentos, conforme os serviços executados, mas primordialmente com os Centros de Referência Especializado em Assistência Social (CREASs), a fim de atender famílias e indivíduos com direitos violados.

Para avançar na Proteção Social Básica, propomos:

9. Recompôr o quadro de Servidores Públicos da Secretaria de Assistência Social com vínculos estatutários.

10. Promover a isonomia salarial das coordenações de CRASs e CREASs existentes no Município.

11. Organizar o SUAS Betim de forma que os CRASs existam em todos os territórios vulneráveis.
12. Promover a articulação entre as políticas públicas setoriais e de toda a rede socioassistencial dos territórios vulneráveis que possuem CRAS: o CRAS deve ser o articulador da intersectorialidade local das políticas de Assistência Social.
13. Garantir que todas as pessoas em situação de risco e vulnerabilidades tenham acesso aos Benefícios de Transferência de Renda, assim como aos serviços socioassistenciais dos CRASs nos territórios, assegurando a universalização aos direitos.
14. Ampliar e aprimorar o Programa de Transferência de Renda Municipal, atualmente denominado Cartão Cesta Básica.
15. Descentralizar o Cadúnico para todos os CRASs integrando-o aos serviços de **Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)**, que é um serviço continuado destinado às famílias e que faz parte do nível de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o **Serviço de Convivência e Fortalecimento dos Vínculos (SCFV)**, também do SUAS.
16. Elaborar e implantar metodologia participativa e educativa para o acompanhamento familiar realizado pelo PAIF.

Para avançar na Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, propomos:

17. Apoiar e participar da coordenação do Colegiado Gestor do serviço de medidas socioeducativas em meio aberto;
18. Criar canal de denúncia local, tendo em vista a quantidade de casos de violência/violação de direitos em Betim.
19. Instituir, por meio de decreto, o Fórum Municipal Intersetorial de Prevenção de Violência e Promoção da Cultura de Paz.
20. Implantar o Núcleo de Prevenção de Violência e Promoção da Cultura de Paz (vinculado à Saúde, conforme o Núcleo Estado/ MG).
21. Apoiar e contribuir com o fortalecimento da Rede Integrada de Atenção às Mulheres de Betim para enfrentar todas as formas de violência contra mulheres e meninas.

22. Implantar a Política Municipal para a População em Situação de Rua garantindo-lhes segurança alimentar, habitação definitiva, acesso a CAPS adulto e infantil, Consultório de Rua, acesso ao mercado de trabalho formal e à geração de renda.
23. Avançar na defesa dos direitos da população em situação de rua nos Conselhos de Direitos.
24. Reestruturar o funcionamento do Centro Pop.
25. Priorizar o acompanhamento e a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes, mulheres, idosos, assim como outros segmentos com direitos violados, buscando adequar os parâmetros de qualidade dos serviços e programas garantindo o cofinanciamento, infraestrutura e funcionamento.
26. Garantir atendimento com acompanhamento integral e intersetorial para as crianças e adolescentes em situação de violência/violação de direitos com elaboração de protocolos de atendimento conjunto entre as políticas setoriais e o sistema de garantia de direitos e a execução dos protocolos já existentes por meio de profissionais capacitados e rede articulada;
27. Aumentar o número de vagas na Casa de Passagem.
28. Consolidar o reordenamento das entidades de longa permanência.
29. Implantar Centro Dia para idosos e pessoas com deficiência, com equipe de atendimento e condução para os usuários.

Desafios são comuns à Proteção Básica e à Proteção Especial:

30. Instituir a supervisão no acompanhamento de casos.
31. Estabelecer interlocução continuada com a rede privada (Ongs).
32. Realizar e oportunizar capacitação de conselheiros de assistência social e dos gestores de entidades socioassistenciais.
33. Vincular o Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho do Idoso, o Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa com Deficiência (CAAPD) ao Gabinete de Gestão Intersetorial.

34. Instituir o Fórum de Usuários da Assistência Social.
35. Instituir o Fórum de Trabalhadores da Assistência Social.
36. Instituir o Fórum de Entidades de Assistência Social.
37. Implantar os Conselhos Locais de Assistência Social.
38. Retomar os Fóruns Intersectoriais Regionais.
39. Garantir apoio técnico metodológico nos serviços da Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e Gestão do SUAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social fiscaliza e delibera sobre a política e para cumprir o seu papel faz-se necessário:

40. Restaurar a autonomia e o poder deliberativo do Conselho Municipal de Assistência Social.
41. Realizar a Conferência Municipal de Assistência Social de dois em dois anos.

SETORIAL: ASSISTÊNCIA SOCIAL
Auxiliadora Miranda

REFERÊNCIA: Guilhermina Frade Souza e Maria

SOLICITAÇÕES E COMPROMISSOS ENTRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS
--

EIXO: POLÍTICAS PÚBLICAS E REALIZAÇÃO DE DIREITOS		
EIXOS E POLÍTICAS	OUTRAS POLÍTICAS SETORIAIS	PROGRAMAS/PROJETOS/AÇÕES
1. Reafirmar a Assistência Social como direito de cidadania e dever do Estado, priorizando as diretrizes do II Plano Decenal da Assistência Social (2016-2026) ASSISTÊNCIA SOCIAL ACESSÍVEL A TODOS, favorecendo o acesso aos serviços públicos de qualidade, rompendo com ações clientelistas, de cunho assistencialista e meritocrático.	1. Governo e sociedade 2. Procuradoria Jurídica 3. Planejamento, 4. Fazenda, 5. Administração 6. Comunicação, 7. Cultura, 8. Esportes e Lazer, 9. Obras.	1.1.1. Elaborar e aprovar Lei Municipal que regulamente o SUAS Betim, incluindo os benefícios eventuais e de transferência de renda; 1.1.2. Desenvolver ações que permitam ao governo como um todo e à sociedade betinense a compreensão da Assistência Social como direito em contraponto à concepção do favor; 1.1.3. Garantir a ampliação dos recursos orçamentários do Fundo Municipal de Assistência Social avançando para que as provisões sejam acessíveis, de qualidade e condizentes com as necessidades sociais dos diferentes públicos e territórios; 1.1.4. Realizar a Conferência Municipal de Assistência Social de dois em dois anos.

2. Valorizar o serviço público, as servidoras e os servidores, implementando processos de administração e gestão de pessoal compatíveis com os interesses da administração pública	1. Administração 2. Planejamento 3. Fazenda	2.1.1. Recompôr o quadro de pessoal da Secretaria de Assistência Social com servidoras e servidores com vínculos de trabalho estatutários; 2.1.2. Convocar os concursados aprovados em concurso público; 2.1.3. Retomar a política de valorização das servidoras e dos servidores públicos, por meio de concurso público; da atualização do plano de cargos, carreiras e vencimentos; da assistência; e educação permanente; 2.1.4. Fortalecer e capacitar os setores de captação de recursos/convênios e prestação de contas.
3. Institucionalizar a Coordenação das Ações Intersetoriais das Políticas de Assistência Social	1.1. Governo, 1.2. Saúde, 1.3. Educação, 1.4. Obras, 1.5. Segurança Alimentar, 1.6. Trabalho e Geração de Renda, 1.7. Meio Ambiente, 1.8. Educação, 1.9. Obras, 1.10. Segurança Alimentar, 1.11. Trabalho e Geração de Renda, 1.12. Meio Ambiente, 1.13. Governo,	3.1.1. Instituir o Gabinete de Gestão Intersetorial Municipal - Coordenação de Ações intersetoriais - ligada ao gabinete da Prefeita; 3.1.2. Implementar as ações de Vigilância Socioassistencial por meio dos CRASs, identificando situações de risco e promovendo ações articuladas junto à rede de políticas públicas intersetoriais locais; 3.1.3. Retomar a organização e funcionamento dos Fóruns Intersetoriais Regionais; 3.1.4. Vincular o Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho do Idoso, o Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência, O Conselho da

	1.14. Procuradoria Jurídica.	Mulher e a CAAPD ao Gabinete de Gestão Intersetorial.
4. Fortalecer a Rede de Atenção e Proteção às Famílias e Indivíduos com Direitos Violados	4.1. Comunicação, 4.2. Planejamento, 4.3. Fazenda, 4.4. Segurança Pública, 4.5. Educação, 4.6. Saúde, 4.7. Cultura, 4.8. Esportes e Lazer, 4.9. Segurança Pública, 4.10. Procuradoria Jurídica,	4.1.1. Criar canal de denúncia local, tendo em vista a quantidade de casos de violência/violação de direitos em Betim; 4.1.2. Instituir por meio de decreto, o Fórum Municipal Intersetorial de Prevenção de Violência e Promoção da Cultura de Paz; 4.1.3. Implantar o Núcleo de Prevenção de Violência e Promoção da Cultura de Paz (vinculado à Saúde, conforme o Núcleo Estado/MG).
5. Implantar a Política Municipal para a População em Situação de Rua	5.1. Segurança alimentar 5.2. Habitação 5.3. Saúde 5.4. Emprego e Renda	5.1.1. Garantir segurança alimentar, habitação, consultório de rua, acesso à emprego e renda; 5.1.2. Avançar na defesa dos direitos da população em situação de rua nos Conselhos de Direitos.
6. Garantir a instalação de estabelecimentos/equipamentos com espaços físicos adequados e acessíveis	6.1. Planejamento 6.2. Obras 6.3. Fazenda	6.1.1. Construir sede própria para os CRAS, CREAS e para a Casa dos Conselhos.
7. Garantir atendimento com acompanhamento integral e intersectorial para as crianças e os	7.1. Educação 7.2. Saúde 7.3. Defesa Civil	7.1.1. Elaborar protocolos de atendimento conjunto entre as políticas setoriais e o sistema de garantia de direitos e assegurar a execução dos protocolos

adolescentes em situação de violência e violação de direitos	7.4. Segurança Pública 7.5. Esportes e Lazer 7.6. Cultura 7.7. Trabalho e Renda 7.8. Segurança Alimentar	já existentes com profissionais capacitados e Rede de Proteção Articulada;
--	--	--

Em relação à Infraestrutura e acesso aos meios de comunicação:

1. Ampliar a oferta de banda larga gratuita no município, por meio da promoção de acesso sem fio em grande escala, com a criação de hotspots e postos de conexão (praças, mercados, escolas, bibliotecas), em diálogo com programas estaduais e federais para a área.
2. Promover a inclusão digital e a apropriação crítica e autônoma das tecnologias por cidadãos e cidadãs, por meio de leis e políticas públicas que fortaleçam e ampliem os telecentros na cidade. A gestão dos telecentros deve ser via Conselhos Gestores tripartites, garantindo sua sustentabilidade e continuidade.
3. Implementar o Canal da Cidadania no município, desenvolvendo uma política de incentivo à participação da sociedade em sua gestão e programação (solicitar ao Ministério das Comunicações outorga para operação do Canal, nos termos da Portaria nº 489 de 2012).
4. Envidar esforços junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovação e Comunicação e à Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) para ampliar os canais destinados às rádios comunitárias.
5. Priorizar, na ocupação do mobiliário urbano (pontos de ônibus, outdoors, relógios públicos e no transporte público), o acesso à informação e à comunicação pública.
6. Criar repositórios públicos de conteúdos produzidos nos equipamentos da cidade, disponibilizando o acesso da população a tais conteúdos sem custos.
7. Criar Centros Rurais de Inclusão Digital (Crid), através de parcerias com entidades rurais, escolas e equipamentos públicos existentes nestas áreas.

Em relação à Produção de Conteúdo:

8. Avaliar a pluralidade e diversidade da mídia local, buscando incentivar, por meio dos fundos públicos, pequenos e médios veículos dos mais diversos segmentos e opiniões.
9. Criar um fundo municipal de estímulo e suporte à estruturação, apoio técnico, investimento em equipamentos e funcionamento da comunicação popular e comunitária e de conteúdo jornalístico independente.

10. Estabelecer mecanismos democráticos e transparentes de distribuição de publicidade oficial, evitando pressões indevidas tanto por parte do governo como dos veículos, e garantindo uma distribuição de recursos que permita o investimento também em pequenos veículos.

11. Fortalecer a comunicação como política pública, ampliando iniciativas de comunicação e de leitura crítica da mídia nos espaços de educação formal e informal.

12. Incluir na Educação Básica e Ensino Médio disciplinas e/ou conteúdos para desenvolver competências e habilidades voltadas para a leitura crítica de mídia e para o uso das novas tecnologias de comunicação e informação.

13. Estabelecer práticas de educação não formal em comunicação, com a realização de oficinas de comunicação para jovens e adultos.

14. Capacitar agentes de comunicação, como radialistas e comunicadores sociais, para impulsionar a produção de conteúdo e o desenvolvimento local.

15. Criar uma agência pública de notícias, que articule as informações sobre políticas públicas desenvolvidas nas cidades (pelo poder executivo e legislativo) para prover de notícias os jornais de bairro, rádios comunitárias, rádios convencionais, sites e outros veículos menores com informações sobre ações do poder público.

16. Adotar política de convergência e articulação das secretarias de comunicação dos diversos órgãos do poder executivo, para articular e potencializar as ações de comunicação da prefeitura.

Em relação à Transparência e à Participação Popular:

17. Garantir que os meios de comunicação ligados ao poder público municipal cumpram seus objetivos e não sejam apropriados por interesses particulares dos governantes.

18. Respeitar a Lei de Acesso à Informação e garantir espaços permanentes de interlocução do poder público com o cidadão, como ouvidorias públicas, facilitando o controle social das políticas de governo.

19. Ampliar ao máximo os mecanismos de governo eletrônico, com a participação cidadã para consultas, solicitações, dúvidas, diálogo sobre demandas e utilização de ferramentas de participação, garantindo privacidade máxima aos cidadãos e transparência máxima do Estado.

20. Adotar softwares livres na administração municipal, padrões abertos e licenças livres nos documentos e publicações do município, estabelecendo ferramentas e práticas que facilitem o compartilhamento do conhecimento.

21. Criar um Conselho Municipal de Comunicação, de caráter deliberativo, para formulação, implementação, fiscalização e monitoramento das políticas municipais de comunicação.

22. Realizar Conferências Municipais de Comunicação como espaço privilegiado para a discussão e formulação das políticas públicas de comunicação em nível municipal, com delegados representando os três setores interessados: poderes públicos, empresários e sociedade civil não empresarial, convocadas com periodicidade mínima de 3 anos.

23. Integrar os equipamentos de comunicação e cultura com unidades básicas de saúde, escolas municipais, bibliotecas públicas e outros equipamentos municipais, viabilizando políticas integradas de desenvolvimento local em todas as regiões da cidade.

24. Desenvolver um programa de apropriação crítica das tecnologias, por meio de laboratórios de garagem, espaços para ciência de bairro e pontos de cultura digital, em parceria com pequenos empreendedores, grupos da sociedade civil e/ou equipamentos públicos — instituições culturais, educacionais e esportivas.

25. Inserir nas bibliotecas públicas jornais e revistas de conteúdos diversificados e alternativos.

Políticas LGBTQIA+

Propostas para Betim

1. Apresentar projeto de Lei que crie o Conselho Municipal LGBT. Em Betim já existe o Conselho, no entanto ele não funciona como Controle Social;
2. Realizar seminários e audiências públicas para discutir as principais demandas da população LGBTQIA+ como, por exemplo, a questão da saúde integral na rede municipal;
3. Participar da articulação com organizações aliadas do movimento LGBTQIA+ e das suas mobilizações, a exemplo das paradas, bem como estimulá-las a debater e pautar as questões relativas ao tema; e integrar os mecanismos de participação e controle social de políticas e direitos LGBTQIA+;

4. Orientar vereadores e vereadoras sobre projetos de Lei para garantia de cidadania LGBTQIA+;
5. Produzir cartilha física e virtual de orientação à população sobre a terminologia utilizada pelo movimento LGBTQIA+;
6. Organizar pesquisas para levantamento de dados sobre bullying, violência física e depressão motivados por LGBTfobia, Programas e Planos de Governo;
7. Realizar cursos de formação para os servidores municipais para discutir assuntos e temáticas específicas da população LGBT, como a questão da saúde integral, combate ao bullying homofóbico nas escolas municipais;
8. Realizar oficinas de formação para adolescentes e jovens sobre diversidade sexual e as manifestações da identidade de gênero e orientação sexual, de acordo com os parâmetros nacionais curriculares;
9. Criar, junto aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Cidadania LGBTQIA+: serviço de atendimento jurídico, social e psicológico para as pessoas da comunidade LGBTQIA+ vítimas de violência;
10. Estabelecer um programa de ações entre secretarias para o combate a LGBTfobia e promoção da cidadania LGBTQIA+;
11. Incluir a população LGBTQIA+ em programas de qualificação profissional e geração de emprego e renda para fazer frente à discriminação;
12. Promover a educação para a diversidade sexual. É preciso pensar uma solução para a educação das pessoas trans que não possuem hábitos de vida diurna;
13. Faz-se necessário e urgente a acessibilidade ao Centro de Testagem e Amostragem (CTA). Antes era o antigo Centro de Convivência Cazusa, hoje é um equipamento escondido dentro do Divino Braga. É muito importante repensar o retorno ao Centro de Convivência Cazusa;
14. Oferecer atendimento psicológico a estudantes vítimas de discriminação, com a finalidade de prevenir a evasão escolar.

ESTRUTURAR A POLÍTICA CULTURAL EM BETIM

As políticas Culturais são vetor de combate às desigualdades sociais. Em Betim, a ocupação dos territórios é um dos elementos de maior perpetuação dessas desigualdades. Em termos de políticas Culturais, esse fator é preponderante e deve ser levado em conta. Os territórios periféricos e mais afastados da Regional Centro devem receber atenção redobrada no estabelecimento de políticas de Cultura. Para o pleno desenvolvimento de políticas culturais é necessária a adoção de três medidas fundamentais:

1. Reorganizar o órgão gestor da Cultura, atualmente exercido pela Fundação Artístico-Cultural de Betim (FUNARBE) que foi instituída pela Lei Municipal nº 1.766, de 13 de abril de 1987 e modificada pela Lei Municipal nº 2.078, de 19 de fevereiro de 1991. É Pessoa Jurídica de direito público, sem fins lucrativos, usufrui de autonomia administrativa e financeira nos termos legais. A criação de estruturas próprias para a elaboração, desenvolvimento e gestão das políticas culturais em Betim é de fundamental importância. As políticas de Cultura podem e devem estar articuladas com as demais estruturas de governo, conforme a necessidade. Para uma atuação conjunta é necessária a criação de comitês de gestão dos diversos órgãos para que possam fazer intersectorialidades colaborativas e complementares com o Setor Cultural;
2. Instituir o Sistema Municipal de Cultura, com a criação de um Fundo Municipal de Cultura dotado de recursos próprios e com a realização de editais de programação de ações e serviços periódicos; manter em funcionamento o Conselho Municipal de Cultura; elaborar o Plano Municipal de Cultura, com metas a serem atingidas de acordo com o Plano Plurianual/Anual; e, realizar a cada dois anos, a Conferência Municipal de Cultura, com a participação de todos os atores sociais do governo, com artistas e agentes da Cultura, profissionais, povos e comunidades tradicionais, órgãos de Cultura e da população em geral;
3. Realizar o Cadastro Cultural da Cidade: artistas, trabalhadores da Cultura, gestores culturais, produtores, grupos culturais, povos e comunidades tradicionais devem ser incluídos nesse cadastro, a fim de que as políticas culturais desenvolvidas tenham maior eficiência, eficácia e efetividade.

POLÍTICAS VOLTADAS A CATEGORIAS E SEGMENTOS CULTURAIS

Para a construção de boas políticas culturais é fundamental considerar a diversidade cultural local e buscar não hierarquizar as expressões, manifestações e segmentos culturais. As últimas experiências de implementação de políticas específicas na Cultura e representação social nos conselhos consideram como **segmentos Culturais**: Culturas Populares, Culturas de Povos Tradicionais de Matriz Africana, Culturas Indígenas, Culturas de Práticas Integrativas e Complementares. O conceito de áreas temáticas também deve abranger a atuação de profissionais, como **produtores culturais**, designers, artistas visuais, fotógrafos, cineastas e demais profissionais da área do audiovisual, profissionais da moda, profissionais do livro e literatura, profissionais das artes cênicas – da dança, teatro, ópera, circo, performance –, profissionais da área do patrimônio material e imaterial – historiadores, museólogos, arquitetos, arqueólogos, antropólogos, etc..

POLÍTICA CULTURAL

ESTABELECIMENTOS/EQUIPAMENTOS CULTURAIS

Realizar uma política de valorização, manutenção e dinamização, voltada para os estabelecimentos/equipamentos culturais, também é fundamental para o desenvolvimento cultural de Betim. Os /estabelecimentos/equipamentos públicos e privados de Cultura do Município necessitam de uma atuação a partir da estruturação de um sistema de estabelecimentos/equipamentos culturais. A criação e manutenção de cinemas, teatros, museus, galerias, bibliotecas e centros culturais possuem grande importância na construção de políticas de Cultura, pois possibilitam a exibição, a fruição e até a produção de bens culturais. No desenvolvimento de políticas para a instalação e manutenção de estabelecimentos/equipamentos culturais, deve-se sempre levar em conta o atendimento do conjunto dos territórios locais, evitando-se ao máximo a concentração dos estabelecimentos/equipamentos de Cultura em áreas centrais do Município.

Por isto, valeu o grande esforço coletivo de refletir sobre as Políticas de Cultura vigentes em Betim e de apresentar propostas para o Plano de Governo e Ação Parlamentar do Partido dos Trabalhadores (PT) às eleições de 2020, que o Setorial de Cultura realizou, com ampla participação do movimento cultural da Cidade e por meio da internet (grupo de Cultura no *WhatsApp*, conferência remota pelo *Zoom* e Plataforma *on-line* www.mariadocarmoescutabetim.com.br).

EDUCAÇÃO

Só a democracia resguarda o direito de participação de todas e todos nas decisões que favoreçam a qualidade de vida em sociedade. Para uma participação efetiva de todas e todos é necessário conhecer e vivenciar os princípios democráticos. Assim, considerando a relevância de uma gestão democrática no âmbito escolar, apresentamos as seguintes propostas:

1. Fortalecer o princípio da gestão democrática, retomando o diálogo com a sociedade na gestão das políticas públicas da educação, bem como na gestão das instituições escolares de todos os níveis e modalidades;
2. Estabelecer uma meta macro, a ser definida em um Congresso de Educação, tendo em vista o sujeito que queremos formar, com a participação de todos os atores envolvidos na educação do Município, objetivando a construção coletiva do Projeto Pedagógico da Rede Municipal de Ensino, com vistas a pautar a captação de recursos, em consonância com os projetos e metas propostos, vislumbrando progressiva autonomia institucional, sem eximir-se da responsabilidade de avaliar e inventariar anualmente o desempenho escolar em virtude das metas previstas;
3. Viabilizar um Congresso Municipal de Educação, com o objetivo de discutir os processos de avaliação institucional e de aprendizagem e propor alternativas, considerando que o tipo de avaliação que se faz deixa transparecer qual concepção de ensino-aprendizagem é trabalhada na rede municipal;
4. Propiciar uma agenda de encontros de formação para as gestoras e os gestores e demais educadoras e educadores, voltada especificamente para o redimensionamento do Projeto Político-pedagógico (PPP), que leve à compreensão da dimensão política do PPP e ao sólido conhecimento da metodologia desta construção e suas implicações, tendo sempre como norteador a formação do sujeito que desejamos formar, na perspectiva do cuidado.
5. Retomar o processo de descentralização da gestão da educação, restituindo o trabalho de assessoramento pedagógico-administrativo às escolas pelas equipes regionais que serão compostas através da indicação das e dos profissionais das escolas, desde que atendam a critérios pré-estabelecidos em edital público;

6. Reativar o movimento em prol da criação do Sistema Municipal de Educação, a fim de possibilitar a autonomia do Município na implementação da política pública da educação e na tomada de decisões institucionais;
7. Promover a avaliação do Plano Decenal de Educação Municipal, priorizando o cumprimento das metas previstas, mobilizando todas e todos os atores e setores envolvidos;
8. Planejar e adequar a estrutura física e arquitetônica das unidades escolares, tanto as da educação infantil como as do ensino fundamental, levando-se em conta o funcionamento de turnos integrais, prevendo espaços, equipamentos e materiais para atividades culturais, esportivas, de educação ambiental, atividades ao ar livre, tais como anfiteatros, caramanchões, bem como laboratórios de ciências e informática com acesso qualificado à internet e bibliotecas equipadas para pesquisa formal e em ambiente virtual, obras literárias infanto-juvenis, considerando a realidade pós-pandemia;
9. Recuperar e renovar os equipamentos de informática de todas as escolas municipais, provendo a instalação de softwares, aplicativos educacionais atualizados e de, pelo menos, uma lousa digital em cada unidade escolar, a adoção de novas tecnologias educacionais e o acesso livre e de qualidade à internet/web;
10. Revitalizar as bibliotecas escolares com obras de literatura infanto-juvenil, clássicos da literatura brasileira e estrangeira, incluindo autoras e autores consagrados dos países lusófonos, em especial os africanos, e indígenas, valorizando a cultura dos povos originários e ampliando o universo cultural e o conhecimento das crianças e adolescentes para além dos limites da língua portuguesa falada no Brasil;
11. Constituir Mesa de Negociação Permanente com a representação sindical das profissionais e dos profissionais da educação, com vistas à busca e à proposição de medidas factíveis para equacionar o problema das perdas salariais acumuladas da categoria, implementar novas regras para preservar a vigência plausível do PCCV e estruturar o processo participativo e democrático de avaliação funcional dos educadores;
12. Implantar o disposto na Lei Federal nº 13.935/2019, que inclui psicólogas, psicólogos e assistentes sociais nas equipes da Secretaria de Educação, criando os respectivos cargos no quadro setorial da educação e no PCCV e realizando concurso público para o provimento destes cargos;

13. Criar um setor na SEMED que atue, em parceria com os conselhos e entidades de combate ao racismo, no suporte aos projetos escolares e na formação das educadoras e dos educadores, com vistas à erradicação do racismo estrutural da sociedade betinense;
14. Implementar o disposto no art. 4º, alínea “a” da LDBEN, que assegura o atendimento educacional à aluna e ao aluno da educação básica internada ou internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado;
15. Fortalecer a atuação dos Conselhos que garantem a participação popular e o controle social nas ações da educação municipal: Conselho Municipal de Educação, Conselho do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (COFUNDEB), Conselho de Alimentação Escolar, Conselho da Criança e do Adolescente, Conselho das Pessoas com Deficiência, Fóruns Intersetoriais e todos os Conselhos relacionados à diversidade da sociedade;
16. Criar um Conselho Permanente de Avaliação das políticas públicas implementadas pela Secretaria Municipal de Educação, composto por representação dos diversos segmentos da categoria, gestoras e gestores escolares, comunidade escolar, com o objetivo de apoiar os programas bem-sucedidos e buscar soluções para os possíveis problemas relacionados aos processos de ensino e aprendizagem;
17. Criar condições para a abertura das escolas às comunidades nos finais de semana para o desenvolvimento de atividades culturais, esportivas, cursos, palestras, atividades de geração de renda, etc. nos moldes do programa Escola Aberta, de forma intersetorial;
18. Adquirir e fornecer alimentação escolar ecológica e orgânica, através da aquisição de gêneros da agricultura familiar orgânica do cinturão agrícola ainda existente no Município e seu entorno;
19. Fornecer proteína animal (aves, ovos, carnes suína e bovina, peixes) para a alimentação escolar adquirindo tais gêneros prioritariamente das pequenas e dos pequenos produtores do Município e de seu entorno;
20. Reativar a Oficina Escola, para fornecimento, reparos e manutenção do mobiliário escolar e de outros setores da administração municipal, de forma intersetorial, envolvendo principalmente a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, os projetos de geração de renda e a economia solidária;
21. Assegurar autonomia às Caixas Escolares para a contratação, na própria comunidade, de cooperativas de prestadores de serviços de manutenção e reparos nos prédios escolares:

capina, jardinagem, estrutura física (janelas, paredes, muros, telhados, quadras...), instalações elétricas e hidráulicas, pintura, entre outros;

22. Através de parceria com o empresariado local, oferecer, além dos troféus e medalhas, premiação para as escolas, times e atletas que se destacarem nas diversas modalidades e categorias dos Jogos Estudantis de Betim (JEBs), que acontecem anualmente, com a intersetorialidade da Secretaria Municipal de Esportes (SEME), tais como: material esportivo para as escolas, jogos de camisas e uniformes para os times, visitas dos atletas a centros de excelência de desenvolvimento esportivo na Região Metropolitana de Belo Horizonte, bolsas de estudos e treinamento esportivo para os atletas que se destacarem como estímulo à participação das escolas e empenho das estudantes e dos estudantes.
23. Incluir no JEBs modalidades esportivas para as pessoas com deficiência.
24. Instituir uma fundação municipal para contribuir na gerência da pasta da educação;
25. Criar centros regionais de estudos preparatórios para os alunos dos anos finais que queiram participar dos exames de seleção para ingressar nas Escolas Técnicas Federais.
26. Criar, conjuntamente com a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, centros de treinamento esportivo regionais para os alunos, com professores especializados.
27. Fazer seguro de bens para todas as escolas da Rede Municipal.
28. Criar mecanismos on-line para consulta pública e controle social das políticas a serem implantadas no âmbito da educação municipal;
29. Garantir a continuidade na escolha das equipes gestoras das escolas municipais e CIMs por meio da indicação das comunidades escolares pelo voto direto;
30. Estimular e valorizar a participação dos pais, mães e responsáveis na vida escolar dos filhos, através da capacitação contínua e fortalecimento dos Conselhos Escolares e da retomada dos Conselhos Pedagógicos e da experiência exitosa da Escola de Pais, da criação de Associações de pais, mães e responsáveis;
31. Estimular a experiência dos Conselhos de Representantes de Turmas para fortalecer o desenvolvimento da representação estudantil, através dos Grêmios Estudantis.
32. Promover a revitalização do Caic, transformando-o numa escola de atendimento integral modelo para a Cidade, colocando o atendimento em rede.
33. Construir uma unidade escolar municipal no Bairro Jardim Petrópolis para atendimento da demanda do Ensino Fundamental.

34. Garantir que a função de secretária ou secretário escolar seja exercida por servidoras e servidores efetivos na função de técnico de secretaria ou técnico de biblioteca, escolhido pelos pares na unidade escolar, junto com a direção da mesma.
35. Criar o cargo de secretária ou secretário escolar, com jornada de 30 ou 40 horas semanais e disponibilidade para atuar de forma intercalada nos 3 turnos de funcionamento da unidade escolar, com admissão por meio de concurso público, exigência de formação em nível superior, remuneração compatível com a importância e responsabilidade da função e carreira prevista no PCCV.
36. Implantar Tarifa Zero nos ônibus para estudantes que não encontram vaga perto de suas residências.
37. Concretizar as metas do Plano Nacional de Educação (PNE).
38. Assegurar, por meio de todas as Secretarias Municipais e com o apoio dos Conselhos de Direitos e Tutelares, que os direitos das crianças e dos adolescentes sejam plenamente consolidados e exercidos.
39. Estabelecer interação constante entre Educação e Cultura.

Educação Integral (Educação Infantil e Ensino Fundamental)

Considerando-se que a educação deve garantir o desenvolvimento de sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural – e se constituir como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadoras e educadores, gestoras e gestores e comunidades locais, nasce, em 2010, o Programa de Educação Integral em Betim.

A Escola da Gente, como foi chamada e ficou conhecida, caindo nas graças da população betinense, apresentou-se como uma proposta inovadora de educação, alinhada às demandas do século XXI e focada na perspectiva da formação de sujeitos críticos, autônomos e responsáveis consigo mesmos e com o mundo.

Na Escola da Gente, a aluna e o aluno estavam, mais do que nunca, na centralidade do processo educativo. Desta forma, o currículo, as práticas educativas, os recursos, os agentes educativos, os espaços e os tempos foram pensados a partir do contexto, dos interesses, das necessidades de aprendizagem e desenvolvimento do aprendiz. Atividades como natação, dança, música, esportes, informática, jogos, entre outras foram oferecidos a mais de 10 mil alunas e alunos

inscritos no programa, em sua maioria, crianças e adolescentes em situação de grande vulnerabilidade socioeconômica.

O Programa de Educação Integral em Betim, nesse período, funcionou de forma intersetorial, promovendo a interlocução e o trabalho integrado entre estabelecimentos e agentes de todos os setores públicos e privados.

A Cidade tornou-se um território educativo e os espaços educativos foram substancialmente ampliados para além da escola.

A educação integral que queremos

A partir deste ponto, é importante esclarecer que este Plano de Gestão para o biênio 2021-2024 considera que a Educação Integral não se encerra na premissa da ampliação do tempo de permanência das crianças e adolescentes na Escola, mas também na de que a oferta da educação pelo Município deve ser ampla, completa e de qualidade em todos os seus aspectos, com vista à formação dos sujeitos que se pretende formar, mesmo quando não ocorrer em turnos integrais, incluindo a EJA.

No entanto, inspirados na exitosa experiência implementada pela gestão petista no período compreendido entre os anos de 2009 e 2012, que foi desconsiderada nas gestões posteriores, apresentamos as seguintes propostas:

1. Retomar o Programa Escola da Gente, como política pública intersetorial, de modo que, paulatinamente, todas as alunas e todos os alunos matriculados na rede municipal de ensino possam estar inseridos na escola em tempo integral, num trabalho intersetorial, que contemple os vários aspectos e demandas da população infanto-juvenil (aprendizagem significativa, reforço escolar, socialização, cultura, lazer, esporte, assistência social, habilidades laborais, alimentação adequada, assistência à saúde, interação e cuidado com o meio-ambiente e com o entorno da comunidade onde vive...) bem como os aspectos culturais da comunidade onde a escola está inserida, priorizando inicialmente aqueles cujas condições sejam de maiores vulnerabilidades sociais;
2. Garantir a universalização qualificada de vagas na Educação Infantil, de 0 (zero) a 5 anos em todas as Regionais da Cidade, em centros educacionais municipais planejados e

adaptados às necessidades desta faixa etária, abandonando paulatinamente a terceirização do setor;

3. Retomar o atendimento em período integral nos CIMs e unidades conveniadas, garantindo aos pais/mães/responsáveis a opção pelo atendimento em período parcial;
4. Retomar, por meio de parcerias com empresas, entidades do 3º setor, Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) – Campus Betim e outros centros de formação técnica e universitária, a oferta de cursos para formação de mão de obra qualificada e o estímulo a atitudes empreendedoras das alunas e dos alunos dos anos finais do ensino fundamental no Município;
5. Qualificar os processos de ensino e aprendizagem da oferta da EJA em todas as escolas onde acontece esta modalidade da Educação Básica, nos turnos da manhã, tarde e noite, com especial atenção às especificidades das educandas e dos educandos;
6. Investir na Educação de Jovens e Adultos (ampliar e descentraliza as vagas, construir políticas de assistência e apoio às estudantes e aos estudantes);
7. Garantir, por meio de parcerias ou convênios, o acesso das alunas e dos alunos, das profissionais e dos profissionais, a equipamentos (notebooks, tablets) de forma gratuita ou facilitando a aquisição, e à internet gratuita e de qualidade, que contribuam para a melhoria e eficiência da aprendizagem e a inserção no mundo da tecnologia do século XXI, considerando que a situação de isolamento social vivida atualmente na educação, venha a se repetir no futuro;
8. Viabilizar recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos que incluam pesquisa de campo como apoio às práticas de referência dos professores;
9. Reestruturar a política de educação especial, na perspectiva da inclusão social, e do CRAEI, objetivando a ampliação e a qualificação do atendimento pedagógico às crianças com deficiência na escola comum e no centro de referência, consolidando uma política de inclusão das estudantes e dos estudantes com deficiência em todas as etapas e modalidades da educação;
10. Capacitar as professoras, professores e demais profissionais da educação para o trabalho com crianças e, principalmente, adolescentes com TEA (Transtorno do Espectro Autista), conhecendo e respeitando as características e especificidades de cada uma e de cada um, ajudando na verdadeira inclusão de todas e de todos. Lembrando que o que define se

está havendo inclusão não são as falas dos profissionais, mas as manifestações e atitudes das próprias alunas e dos próprios alunos;

11. Implementar programas institucionais de estímulo à alfabetização (Soletra Betim), à leitura e escrita (Escreve Betim), ao aprofundamento do estudo das ciências e tecnologia (Jovem Cientista), à robótica, capacitando as profissionais e os profissionais da rede para que utilizem as metodologias ativas em suas aulas;
12. Transformar/adaptar a estrutura onde atualmente se encontra instalado o Parque de Exposições David Gonçalves Lara para ser um Centro Escola da Gente, instalando ali um Polo de programação digital e robótica educacional.
13. Viabilizar parceria com a Orquestra Sinfônica de Betim, para oferecer aulas de música e de canto coral, dentro do Programa Escola da Gente;
14. Instalar laboratórios de ciências e informática nas escolas, podendo estes ser regionalizados, de forma a permitir que alunos de várias escolas utilizem os laboratórios instalados em outra escola, no contraturno, com agendamento prévio;
15. Criar a Escola da Gente Jovem tendo como público alvo os alunos da EJA das escolas municipais, alunos do ensino médio e jovens evadidos do ensino fundamental e médio, em situação de vulnerabilidade social, programa com gestão e financiamento intersetorial, que visa intervir para reduzir os altos índices de violência e de evasão escolar na adolescência, colocando este grupo como um dos focos principais de ação de nosso futuro governo;
16. Estabelecer um amplo debate com a sociedade visando propiciar às juventudes condições de permanência na escola, utilizando para tanto a moeda social como forma de transferência de renda, bem como a elevação de seu padrão cultural e de sua autonomia, proporcionando, ao mesmo tempo, no contraturno do ensino regular, oficinas culturais, desportivas, de inclusão digital, capacitação para o trabalho e empreendedorismo, de modo que o mesmo possa construir formas criativas de geração de renda;
17. Escola integral e integrada deve ser desinstitucionalizada para fortalecer outras formas de educação não escolar, atuando junto à Cultura e outras intersetorialidades, valorizando as manifestações culturais indígenas e afrodescendentes;
18. Promover debates intersetoriais no sentido de ampliar o alcance dos programas que atendem à juventude, retirando das ruas os adolescentes, nos moldes de Programas como Fica Vivo, Árvore da Vida, Pró-jovem;

19. Abrir a escola integral afastada dos centros urbanos, das 07 às 17 horas, incluindo a educação infantil, com todas as interlocuções (social, cultural, de saúde física e psíquica) feitas nesses espaços;
20. Consultar os coletivos das escolas para a indicação das gestoras e dos gestores, das educadoras e dos educadores que vão atuar no contraturno, quando da implantação dos turnos integrais;
21. Organizar processo estruturado de avaliação da política da educação integral;
22. Impulsionar as ações educacionais visando às relações étnico-raciais, a história e a cultura afro-brasileiras;
23. Garantir as políticas afirmativas e de valorização da diversidade, baseadas nos Direitos Humanos.

O cuidado, a valorização e a formação dos profissionais em Educação

*Sem a curiosidade que me move, que me instiga, que me insere na busca,
não aprendo nem ensino.*

Paulo Freire

Como parte fundamental na vida dos indivíduos que vivem em sociedade, a educação não se limita a um período específico da vida, mas impacta de forma importante a formação da própria sociedade. É através da educação que se dá o desenvolvimento pessoal e que se desenha o futuro das sociedades, criando possibilidades e reduzindo desigualdades. No entanto, nos últimos anos, temos visto duros ataques à educação pública no Brasil, numa clara tentativa de seu desmantelamento.

Nesta medida, este plano de governo privilegia a luta por uma educação inclusiva, de qualidade, emancipatória, capaz de promover oportunidades de aprendizagem para todas e todos na perspectiva do cuidado. As profissionais comprometidas e os profissionais comprometidos com o fazer pedagógico têm bravamente permanecido à frente dessa luta histórica, haja vista as últimas legislações que ampliaram direitos, mas não foram eficientes para garantir a valorização e o respeito à categoria.

Cabe então ao poder público cuidar das trabalhadoras e dos trabalhadores, atribuindo constante valorização como sinônimo de qualificação de suas condições de trabalho e valorização salarial

proporcionando o acesso a espaços de formação permanente, reconhecendo a relevância do trabalho por elas e por eles desenvolvido.

Os governos populares de Betim trazem, em sua história com estas e estes profissionais, significativos avanços quando, entre outras medidas, implantou no primeiro governo de Maria do Carmo o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV; estabeleceu política de valorização salarial para as servidoras e os servidores públicos nos anos de seus mandatos, zerando perdas salariais acumuladas e concedendo reajustes e abonos, com ganhos acima da inflação e reduzindo a diferença entre os maiores e os menores salários pagos pela prefeitura; implementou o Estatuto Municipal da Educação (Lei Municipal nº 2.701/1995) estabelecendo diretrizes para a eleição de diretoras e diretores e participação da comunidade escolar nas decisões da escola; realizou concurso público para a área de educação nos anos de 1993, 1996 e 2010; criou o cargo de educador infantil da rede pública municipal, realizando concurso público e nomeando mais de novecentos trabalhadores para atender à demanda da educação infantil; elaborou legislação ampliando as vantagens para os cargos de direção escolar (Lei Ordinária nº 5.230/2011); criou o Programa Escola da Gente de educação integral, que facultou o aumento do volume de contratação e formação de profissionais de diferentes áreas do conhecimento; entre outras políticas públicas implementadas em seus governos.

Entretanto, muito ainda deve e precisa ser feito.

Numa sociedade em constante transformação como a que vivemos, grandes são os desafios a enfrentar (adoecimento, violência, sobrecarga de trabalho). Neste contexto, é fundamental oferecer condições de trabalho compatíveis com os desafios da profissão docente, buscando assegurar uma base necessária para o desempenho destas profissionais e destes profissionais que são comprometidas e comprometidos com as alunas e com os alunos das mais diversas idades e necessidades e com o enorme desafio de aprender, de aprender a ensinar e de ensinar.

Portanto, uma proposta de valorização e formação das trabalhadoras e dos trabalhadores em educação deve priorizar o conhecimento sobre quem são esses sujeitos/atores, quais são seus desejos e necessidades, o que move essas pessoas, quais os processos relacionados ao aprender a ensinar, quais os processos pelos quais estes sujeitos geram e adquirem conhecimentos? A valorização e a formação das trabalhadoras e dos trabalhadores da educação devem acontecer continuamente, numa perspectiva de prática reflexiva e de desenvolvimento pessoal e profissional.

Considerando a aluna e o aluno que queremos formar, é de fundamental importância pensar: qual o perfil profissional necessário?

Em Betim, o quadro de trabalhadoras e de trabalhadores em educação é bastante diversificado e qualificado e conta com uma rica história de educação permanente em sua rede de ensino por meio de parcerias entre Município e universidades, ONGs, Fundações, sindicato, movimentos sociais e a própria prefeitura.

Para avançarmos é preciso criar espaços de diálogo entre as educadoras e os educadores em redes coletivas de trabalho como fatores decisivos de socialização profissional e de afirmação de valores próprios destas trabalhadoras e destes trabalhadores em especial das professoras e dos professores, das alfabetizadoras e dos alfabetizadores, incluindo-se aqui, as profissionais e os profissionais da Educação Infantil.

É preciso considerar a dimensão coletiva como elemento essencial na formação de profissionais que levará à potencialização das aprendizagens dentro de um processo de educação permanente, resultando em reflexão sobre a prática pedagógica. Acreditamos que esta reflexão-na-ação favorece a formação reflexiva das trabalhadoras e dos trabalhadores nas diferentes situações, desde as mais complexas até as mais simples, permitindo a tomada de decisões mais adequadas e, ao mesmo tempo, a construção do conhecimento.

Dessa forma, é possível deslocar de uma formação centrada no conhecimento acadêmico para uma perspectiva que alie a pesquisa às realidades da escola, em um contínuo movimento de reflexão-ação-reflexão, priorizando debates sobre a profissão e a ação docentes. Assim, o fundamento básico da educação permanente deve levar em conta esse movimento dialético de emancipação profissional, onde assumam o protagonismo de produtoras e produtores da profissão.

Considerando essas premissas, elencamos as principais ações voltadas para o cuidado e valorização da trabalhadora e do trabalhador da educação:

1. Oferecer capacitação para o retorno às aulas no pós-pandemia, em especial, para as diretoras e os diretores e para as pedagogas e os pedagogos tendo em vista que são as profissionais e os profissionais responsáveis pela gestão da escola.
2. Nomear as candidatas aprovadas e os candidatos aprovados no concurso público – Edital nº 001/2019, contemplando todas as vagas reais e necessárias existentes para os cargos

do quadro setorial da Educação e, não somente, as vagas informadas no Edital. Atualmente, segundo o sindicato da categoria, mais de 50% das profissionais e dos profissionais que trabalham na Educação possuem vínculos de trabalho como contratadas e contratados ou como terceirizadas e terceirizados. A disparidade de rendimento e benefícios concedidos ao corpo efetivo torna os contratados um time de menor-valia e passível de discriminação profissional, além de causar grandes prejuízos às finanças do IPREMB, uma vez que servidoras e servidores contratados ou terceirizados contribuem para o INSS e não para o IPREMB.

3. Estabelecer processos de educação permanente que considere as trabalhadoras e os trabalhadores recém-nomeados em concurso público, mas também, a quem já está na rede municipal há mais tempo, assegurando uma educação que reflita sobre os valores e as práticas da cidadania democrática como o respeito, a tolerância, a participação, a responsabilidade e o interesse pela coisa pública, seus programas, seus bens e serviços. Nesta perspectiva, criar monitorias entre professoras e professores com e sem experiência na rede pública.
4. A partir de critérios pré-estabelecidos ofertar, como política pública, o acesso a equipamentos e serviços gratuitos ou de baixo custo (notebook, internet, tablets) para que favoreça a capacitação para o trabalho, tendo em vista a necessidade da implementação de uma cultura digital como aliada ao desenvolvimento humano e aos processos de ensino e aprendizagem.
5. Promover a valorização de todos os segmentos da educação por meio do diálogo (escuta qualificada do coletivo de profissionais) que promova a qualificação da prática pedagógica por meio de processos de educação permanente a partir das necessidades dos trabalhadores e das trabalhadoras da educação.
6. Organizar cronogramas/protocolos para avaliação periódica e permanente da saúde das trabalhadoras e dos trabalhadores da educação por meio da articulação de rede Intersetorial/Interinstitucional (SESMT/SUS) entre os Serviços da Vigilância em Saúde, da Atenção Básica (UBS/ESF), os Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT), os serviços do Centro de Referência em Saúde das Trabalhadoras e dos Trabalhadores (CEREST Regional de Betim), a Atenção Hospitalar pública, o Instituto de Previdência Social do Município de Betim (IPREMB) e a Assistência

ao Servidor para que promovam o cuidado integral necessário, de acordo com as Normas Técnicas do Ministério da Saúde/Organização Mundial de Saúde (OMS).

7. Realizar Congresso de Educação visando à construção de metas, ações e o alinhamento de políticas voltadas para o acesso, permanência e qualidade da educação ao final do primeiro ano de mandato.
8. Valorizar as servidoras e os servidores aposentados, garantindo os direitos adquiridos e o diálogo permanente com o poder público, visando à revisão da Lei Municipal nº 6.669/2020, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 42.119/2020, que alterou o nome das carreiras da Educação, tirando das professoras e dos professores aposentados e de quem está próxima e próximo de se aposentar o direito à paridade na incorporação da regência e à isonomia salarial.
9. Instituir mecanismo (ouvidoria interna?) com o objetivo de identificar as violências sofridas pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores da educação como assédios, preconceitos, racismos, discriminações, machismos, autoritarismos, cerceamento de oportunidades, dentre outras formas de agressão, para a construção de políticas de prevenção, reeducação e intervenções específicas na perspectiva do cuidado, da educação permanente, da justiça restaurativa, dentre outras medidas, que visem à interrupção de práticas de convivências violentas e a adoção de novas possibilidades de relações humanas saudáveis no ambiente de trabalho.
10. Promover a capacitação e fornecer material didático e de estudo/aprofundamento específicos para professoras e professores que trabalham com alunos - Atendimento Educacional Especializado (AEE) -, visando a uma maior eficiência na comunicação com a aluna e o aluno e a elaboração de atividades que atendam às especificidades deste público, na escola, garantindo sua real inclusão e aprendizagem significativa.
11. Manter o diálogo ético, sincero, honesto e aberto, de forma permanente com as diversas categorias de trabalhadoras e de trabalhadores do quadro setorial da educação por meio de sua entidade de representação sindical, o Sind-UTE.
12. A partir de escuta dos sindicatos, da Câmara Municipal e de fóruns de educadoras e educadores, redefinir a política de valorização das trabalhadoras e dos trabalhadores em educação, considerando o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos e o Estatuto do Magistério.

13. Realizar concurso público para todos os cargos do quadro setorial da educação, considerando que o edital realizado recentemente pelo Município não contemplou o número real de vagas necessárias para os profissionais da educação, bem como os cargos de Atendente Pedagógico e Agente de Serviço Escolar.
14. Resgatar a importância do trabalho das e dos Agentes de Serviços Escolares para o sucesso de uma educação de qualidade, recuperando a carreira e o poder de compra dos salários da categoria, no PCCV.
15. Capacitar e inserir o Educador Social no programa Escola da Gente, otimizando recurso disponível dentro da política de intersectorialidade.
16. Redimensionar coletivamente os referenciais curriculares para a educação infantil e para o ensino fundamental, organizados por competências indicadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ampliando a perspectiva da formação humana, da conquista da autonomia e de novos direitos, da constituição da consciência crítica e da ação emancipatória.
17. Estabelecer parceria com Instituições de Ensino Superior (IES) para a atuação na educação permanente das educadoras e dos educadores, na gestão pedagógica da educação básica e em pesquisa, análise, estudo e formulação de propostas para o desenvolvimento de trabalho com as famílias, a partir das demandas apresentadas por elas.
18. Possibilitar que, na perspectiva da educação permanente e da concepção de que nos educamos em comunhão, os educadores e as educadoras possam participar de grupos municipais de estudo com seus pares, formulando propostas didático-metodológicas a serem compartilhadas nas unidades de ensino.

É fundamental a construção de políticas para as pessoas com deficiência, desafio para o qual todos e todas devem estar muito atentas e preparadas e atentos e preparados. É preciso desenvolver iniciativas que garantam condições de acessibilidade e locomoção, que favoreçam a participação em atividades culturais, de lazer e de educação do corpo. Além disso, é necessário desenvolver ações que permitam a geração de emprego e renda e prever o direito à cidade para todas as pessoas com deficiência.

Assim, apresenta as seguintes propostas:

1. Incluir o Esporte e Lazer na escola - Esporte e saúde na escola:

- 1.1. Estruturar canais virtuais para orientações em Esporte e Lazer;
- 1.2. Controle e orientação das atividades esportiva e de Lazer no período de pandemia;
- 1.3. Trazer a comunidade para dentro das escolas com programas de Esporte e Lazer aos finais de semanas;
- 1.4. Desenvolver atividades de Esporte e Lazer em todos os espaços esportivos da cidade;
- 1.5. Aumentar o número de participantes nos Jogos Estudantis de Betim (JEB);
- 1.6. Incluir os alunos da educação no ciclismo. Pista Aquileu Franco;
- 1.7. Mountain bike. Parques ecológicos;
- 1.8. Núcleos de futebol, categorias de base masculino e feminino;
- 1.9. Futebol máster noite;
- 1.10. Elas no esporte;
- 1.11. Praticar a Zumba e Lazer nas Regionais;
- 1.12. Apoiar às Atividades Físicas Adaptadas (AFA);
- 1.13. Criar Núcleos de Atletismo nas Regionais.

2. Parcerias com as Academias

- 2.1. Parceria com academias particulares
- 2.2. Trabalhar o Esporte e Lazer na Saúde Mental;
- 2.3. Realizar caminhadas nos Parques;
- 2.4. Organizar Equipes de educadores físicos nas praças e equipamentos esportivos com Atividades Esportivas e de Lazer;
- 2.5. Criar polo de Cultura e Lazer nas Regionais;
- 2.6. Ampliar o calendário do futebol amador;
- 2.7. Bolsa atleta municipal;
- 2.8. Construção de piscina pública;
- 2.9. Implantar programa de xadrez e jogos de tabuleiros nas escolas e praças;
- 2.10. Construir pista de caminhada e ciclovia ligando a Regional Centro ao Bairro.

3. Reformas e Novas Possibilidades

- 3.1. Reformar os parques municipais, quadras e praças esportivas;
- 3.2. Reformar a pista de caminhada Centro e Imbiruçu;
- 3.3. Reformar a pista de atletismo do Complexo Esportivo Teresópolis;

- 3.4. Reformar o Complexo Esportivo Teresópolis;
- 3.5. Reformar os campos de futebol na cidade, alambrados e vestiário;
- 3.6. Reformar as Academias da Cidade e a volta de profissionais da saúde e educadores físicos no atendimento à população.

3.1.7 Maria do Carmo escuta Betim sobre a Juventude

A juventude também é afetada nessa ausência do governo de Betim nos diversos âmbitos: educação, cultura, saúde, segurança pública, moradia, esporte e lazer, geração de renda, emprego, na luta antirracista, na luta contra o machismo e a LGBTfobia, entre outros setores. Assim, o jovem que reside em Betim se vê obrigado a migrar para outras cidades para desfrutar de tais direitos, fazendo com que o nosso município se transforme em uma cidade dormitório. Ou seja, só se utiliza esta localidade para dormir, enquanto acessa outros serviços em Belo Horizonte ou na Região Metropolitana de Belo Horizonte, o que torna nossa economia frágil, além de caracterizar vários problemas sociais, como por exemplo no transporte devido à forte migração pendular.

Propostas para a Juventude em Betim

I. Educação

1. Promover o Ensino Integral com a oferta de educação tecnológica e profissionalizante, e de educação cultural, desportiva e cidadã;
2. Estimular a permanência no ensino médio, por meio de transferência de renda via moeda social local. Paralelamente, a criação de programas de arte, cultura, esporte e lazer e geração de renda para a juventude;
3. Garantir a oferta de cursinhos populares com a juventude sendo protagonista tanto como discente, quanto docente. Promover o “bolsa-monitoria”;
4. Promover cursos gratuitos de educação financeira em parceria com empresas do 3º setor;

5. Fomentar e incentivar a consciência política da juventude dando voz aos grêmios e movimentos estudantis da cidade;
6. Assegurar a abordagem curricular relativa aos direitos humanos, à cultura da paz e à prevenção de todas as formas de violência. Formação voltada à igualdade de gênero e ao combate a qualquer forma de discriminação;
7. Fortalecer o ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas;
8. Conscientizar sobre o uso de drogas através de rodas de conversa;
9. Capacitar jovens para o entendimento do orçamento público.

II. Cultura

1. Promover, juntamente com artistas e grafiteiros, pinturas de muros de espaços públicos, com grafites que relembrem a história e os pontos turísticos de Betim;
2. Incentivar a batalha de rima debaixo dos viadutos da cidade, promovendo assim, a descentralização da Cultura, bem como a valorização do Rap e da periferia;
3. Promover espaços de lazer e cultura na periferia da cidade;
4. Democratizar o acesso à todas formas de arte, por meio do fortalecimento de órgãos como a Funarbe, oferecendo cursos gratuitos de teatro, música, dança, pintura, literatura, etc;
5. Oferecer um apoio jurídico aos artistas da cidade nos editais da Funarbe;
6. Realizar o Cadastro Cultural da Cidade. Artistas, trabalhadores da cultura, gestores culturais, produtores, grupos culturais, povos e comunidades tradicionais devem ser incluídos nesse cadastro;
7. Instituição do Sistema Municipal de Cultura, com a criação de um Fundo Municipal de cultura dotado de recursos próprios e com a realização de editais periódicos;
8. Fomentar espaços que incentivem a economia criativa, a fim de promover o local para jovens iniciantes e também referências na cena cultural de Betim.

III. Saúde

1. Implantar Serviço de Saúde Mental para a Juventude em todas as Regionais de Betim, com atendimento de profissionais da psicologia no SUS;
2. Fortalecer a atenção básica humanizada, resolutiva e de qualidade;

3. Consolidar o controle social por meio da participação da juventude no Conselho Municipal de Saúde, conselhos gestores, conferências e encontros populares de saúde;
4. Reconhecer e valorizar os instrumentos de participação social que envolve a juventude difundem informações e incorporam a defesa da saúde como base de diálogo sobre as demandas locais em Betim;
5. Fortalecer e aprimorar a gestão pública dos serviços municipais de saúde, enfrentando a privatização dos serviços de saúde, a precarização das relações de trabalho e a ausência de carreira do SUS.

IV. Igualdade na Diversidade

1. Fortalecer movimentos sociais das minorias políticas no combate ao preconceito e à discriminação;
2. Fomentar a construção de centros de referência para atendimento de jovens mulheres, LGBTQIA+, negros e negras, indígenas, juventude em situação de rua;
3. Incentivar e apoiar a organização coletiva das mulheres, como instrumento de transformação de suas vidas, das vidas de sua família e das vidas de suas comunidades;
4. Realizar formação permanente das mulheres, da comunidade LGBTQIA+, negros e negras, para que ocupem espaços decisórios e participativos;
5. Criar, implantar e fortalecer organismos de políticas para as minorias políticas, como secretarias, coordenadorias, diretorias etc.
6. Promover debates e rodas de conversa periódicas sobre racismo, LGBTfobia, machismo e demais formas de opressão;
7. Combater o assédio sexual nos transportes públicos, passando pela prevenção, garantia de denúncia, punição.

Meio Ambiente.

1. Defender e promover a transversalidade do tema da Transição Ecológica para uma nova Betim no Século XXI, juntamente com todos os demais órgãos da Prefeitura;
2. Promover a Educação ambiental nas escolas em todos os níveis;

3. Promover a Educação Ambiental nas igrejas e outras instituições;
4. Proteger as águas da lagoa Vargem das Flores como manancial de abastecimento, preservação ambiental e produção de água, bem como proteger suas nascentes;
5. Construir usinas de reciclagem de material da construção civil;
6. Implantar uma política de incentivo ao plantio de hortas comunitárias e orgânicas, como atividade econômica, complemento alimentar e preservação ambiental, utilizando terrenos baldios existentes nas Administrações Regionais da cidade;
7. Incentivar o cooperativismo às trabalhadoras e aos trabalhadores da agricultura familiar para o desenvolvimento de projetos de geração de trabalho e renda com produção sem agrotóxicos;
8. Ampliar a coleta seletiva de resíduos sólidos e criar usina de reciclagem em local apropriado;
9. Criar outras formas de circulação na cidade, ciclovias e parques;
10. Criar cooperativa de coleta de óleo como projeto ecológico;
11. Potencializar o papel da limpeza urbana;
12. Criar IPTU progressivo com isenções para quem realizar práticas ambientais na cidade;
13. Criar incentivos financeiros aos agricultores para a produção de água. Quem constrói as barraginhas, cercar as nascentes e plantar árvores;
14. Realizar processos de Educação ambiental para a gestão de negócios;
15. Elaborar política da não impermeabilização dos quintais e de desimpermeabilização do solo na área rural da Lagoa Vargem das Flores;
16. Definir ações afirmativas para os topos de morro;
17. Criar política de plantio de mais árvores na cidade;
18. Envolver a Cultura na política de gestão ambiental da cidade;
19. Integrar toda política ambiental da cidade com a cidadania;
20. Elaborar projeto de lei proibindo o uso de canudinhos e sacolas plásticas nos estabelecimentos comerciais da cidade;
21. Proteger as nascentes da Região da Serra Negra para a preservação das águas do Saraiva;
22. Criar pontos de entrega de matérias recicláveis;
23. Criar projeto “Indústria Verde” na área industrial;
24. Promover desconto no IPTU para quem plantar árvores nos passeios e quintais;
25. Voltar à varrição na cidade inteira.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT), PRÉ-CAMPANHA, ELEIÇÕES 2020

PLANO DE GOVERNO E AÇÃO PARLAMENTAR

ANEXO : JUNTOS É MUITO MELHOR!

SETORIAL: MEIO AMBIENTE

REFERÊNCIA: Joaquim Rodrigues Silva

SOLICITAÇÕES E COMPROMISSOS ENTRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS		
EIXO: POLÍTICAS PÚBLICAS E REALIZAÇÃO DE DIREITOS		
EIXOS E POLÍTICAS	OUTRAS POLÍTICAS SETORIAIS	PROGRAMA/PROJETO/AÇÃO
1. Promover Ações de Educação Ambiental nas Escolas em todos os níveis. 2. Nas Empresas e Igrejas.	1.1. Educação, 1.2. Desenvolvimento Urbano, Rural, e 1.3. Outros.	1.1.1. Capacitar os profissionais da Educação.
3. Proteger as águas da lagoa Várzea das Flores como manancial de abastecimento, preservação ambiental e produção de água. Bem como proteger suas nascentes.	3.1. Educação, 3.2. Desenvolvimento Urbano, Rural, e 3.3. Outros.	3.1.1. Fazer articulação política com a cidade de Contagem, sendo que o Reservatório está localizado nas duas Cidades.
4. Incentivar a implantação de Usina de reciclagem de material da construção civil.	4.1. Desenvolvimento Urbano (fiscalização)	4.1.1. Articular e incentivar os construtores da cidade. Pequenos, médios e grandes.

5. Implantar uma política de incentivo ao plantio de hortas comunitárias, como atividade econômica, complemento alimentar e preservação ambiental nos terrenos baldios da cidade.	5.1. Agricultura, 5.2. Desenvolvimento Urbano e Rural.	5.1.1. Articular com as Famílias, Igrejas, comerciantes e outros.
6. Incentivar o cooperativismo na Agricultura familiar para promover a geração de trabalho e renda com a produção de alimentos sem agrotóxicos.	6.1. Agricultura, 6.2. Desenvolvimento Urbano, Rural, 6.3. Saúde.	6.1.1. Articular a organização com os pequenos produtores da área rural de Betim e assentamentos.

3.1.10 Maria do Carmo escuta Betim sobre a Promoção da Igualdade Racial

No Brasil, a população negra é a mais atingida pela pobreza, pelo desemprego, pela baixa escolaridade, pela violência e pela baixa representatividade nos espaços poder. Sabe-se que, neste país, as desigualdades raciais são explicadas, em grande parte, pelas marcas do passado, pelos legados deixados pela escravidão e pela indiferença com a população negra após a abolição, período em que esse grupo social foi deixado à sua própria sorte. Mas, não é apenas o passado que explica esta realidade de desigualdade. Há mecanismos atuais que funcionam como formas de produção e reprodução das desigualdades raciais: trata-se não apenas das práticas cotidianas do racismo nas relações interpessoais, mas também do racismo mais perverso e violento que opera nos modos institucional e estrutural.

Os governos petistas sempre foram os que mais contribuíram para diminuição das desigualdades entre negros e brancos no país, os que mais combateram o racismo e a discriminação racial e que promoveram uma inédita mobilidade social das camadas populares. Assim, é correto caracterizá-los como as gestões que garantiram direitos à população negra, tanto com as políticas sociais generalistas que beneficiavam os pobres em geral, como pelas políticas específicas de promoção da igualdade racial.

Nas últimas décadas, assistimos alguns avanços consideráveis nas políticas de combate ao racismo e promoção da igualdade racial.

Nos governos federais do PT (Lula e Dilma), podemos citar a aprovação da Lei Federal nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio; a aprovação da Lei Federal nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, visando, sobretudo, garantir a efetivação da igualdade de oportunidades e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica; e, por fim, a aprovação da **Lei Federal nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que** dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, a chamada Lei das Cotas, instrumento que reserva 50% das vagas nas universidades públicas federais aos estudantes pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, que tenham cursado integralmente o ensino médio, em escolas públicas; e, destas vagas, 50% são reservadas aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio), per capita.

Em Betim não foi diferente. No segundo governo de Maria do Carmo, citamos a realização da Primeira Conferência de Promoção da Igualdade Racial realizada em Betim, nos dias 24 e 25 de abril de 2009, após a realização de pré-conferências nas Regionais da Cidade; a publicação da Lei Municipal nº 4.925 de 15 de dezembro de 2009, pela qual fica instituída a Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial (PMPIR) de Betim contendo as diretrizes, princípios e propostas de ação governamental para a promoção da igualdade racial e institui o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR); e, com a implantação da Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial, ligada à Secretaria Municipal de Governo, responsável por

implementar as políticas públicas de superação das desigualdades sociais entre brancos e negros, em Betim.

Os resultados positivos decorrentes dessas políticas não são poucos, especialmente na no debate político, na participação cidadã, na cultura e na saúde, onde avançamos em muitas coisas. Conseguimos discutir a saúde do povo negro e implantar políticas públicas específicas. No entanto, este país ainda carrega indicadores alarmantes de disparidade racial entre brancos e negros.

Desde as eleições de 2016, nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal) temos presenciado medidas preocupantes, seja de abandono das políticas progressistas anteriormente implementadas, seja de introdução de novas políticas que tem representado um regresso em relação ao combate às desigualdades étnico-raciais.

Diante deste quadro, mirando em particular os avanços necessários para a cidadania e a democracia no Município de Betim é que apresentamos coletivamente essa proposta construída, de ações de promoção da igualdade racial e combate ao racismo para a gestão municipal de Betim de 2021/2024.

Betim não pode continuar retrocedendo! Vamos avançar por meio da participação cidadã e das forças que movem a nossa sociedade civil organizada!

É necessário aprofundar e ampliar diversas políticas, assim como a implementação de novos e ousados programas para diminuir a histórica desigualdade racial em nossas cidades. Apesar dos esforços perpetrados e dos avanços conquistados no passado recente, as gestões municipais deverão resgatar e ampliar todos os programas de promoção da igualdade racial.

Não obstante, é preciso estudar as causas e superar um paradoxo que marcou os governos do PT no país, qual seja, num mesmo período em que se incluiu social e economicamente números expressivos de jovens negros, cresceu de forma alarmante o homicídio e o encarceramento desse mesmo grupo social.

Se não falarmos da democracia racial, não é democracia. Onde estão as minorias de Betim? Indígenas, ciganos, povo de terreiro, de rua, de favelas? Pensamos em trabalho – com a pandemia serão duramente afetados. Devemos retomar todo o projeto de geração de renda, preparar editais de fundos e recursos para ações culturais, expressões culturais como o Congado que está morrendo. Temos grupos de capoeira que ajudam a trabalhar a segurança do jovem negro na periferia.

O racismo é maior que os negros. Temos indígenas, ciganos e negros. Temos muita gente fora dos meios de produção tradicionais. Faltam políticas nas escolas. O que se tem são esforços individuais pífios. Betim precisa trabalhar as religiosidades, especialmente a dos ciganos e as religiões de matriz africana. O racismo não se combate apenas pelos negros.

O racismo é estrutural e o seu combate deve ser estruturante. Precisa de prevenção. Precisamos trabalhar o reconhecimento e o empoderamento de cidadãs negras e cidadãos negros. Temos que ter o trabalho de nos informar e debater sobre esses temas, especialmente a consciência negra. A saúde nos preocupa muito. Vai para além da saúde do povo negro, mas tem especificidades da mulher negra: hormonal, tipo sanguíneo, etc. Esta é uma luta de todas e todos. O debate sobre o racismo precisa entrar no cotidiano da Escola. O racismo não é um problema do negro é um problema da sociedade.

Teremos um governo progressista e um parlamento plural. Parcelas dos recursos partidários serão para candidatas e candidatos negros. A juventude terá uma parcela também.

O Porte de droga foi descriminalizado para o rico e é crime para os jovens negros da periferia: 64% dos presos são negros. Problema: encarceramento do povo negro! O desafio é fortalecer os movimentos sociais para realizarem os trabalhos de formação na sociedade civil e os fortaleça com isto.

De tudo o que debatemos, observamos que muito poderá ser feito sem dinheiro porque depende mais de atitudes e consciência política do que de grandes projetos. As plenárias intersetoriais que estão ocorrendo durante a construção do Plano de Governo estão

mostrando isto. Temos que tratar as questões de forma integral. Devemos fazer muitos eventos em todo o governo. Precisamos envolver muita gente, muitos Setores.

Assim, propomos que os programas e planos de governo e as propostas de mandato parlamentar do PT tenham as seguintes diretrizes e ações:

I – Retomar as Políticas de Promoção da Igualdade Racial, como eixo estruturante do desenvolvimento de políticas transversais que dialoguem com todas as áreas do governo e com a população:

1. Reestruturar a Coordenadoria da Igualdade Racial com profissionais que produzirão políticas transversais de igualdade racial e combate ao racismo institucional e intersetorial, inclusive com participação popular e cidadã;
2. Promover uma gestão colegiada e participativa da Coordenadoria de Igualdade Racial realizando seminários, debates, rodas de conversa e cultura africana em todos os órgãos de governo para debater e conhecer a Lei Municipal nº 4.925 de 15 de dezembro de 2009 e o Estatuto da Igualdade Racial, Lei Federal, nº 12.288, de 20 de julho de 2010;
3. Implementar em todas as Unidades Escolares Municipais, conforme determina as Leis 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio;
4. Promover a formação de professoras e professores em torno das Leis Federais nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que teve o objetivo de inserir nos currículos escolares o estudo da história e cultura da África e a luta dos negros no Brasil, resgatando a contribuição desse povo nas áreas social, econômica e política do país; e a Lei Federal nº 11.645 de 10 de março de 2008, que complementa a primeira, e trata da promoção de cursos de especialização, privilegiando professoras e professores do Ensino Básico.
5. Transformar a Educação para enfrentar o racismo. Incluir nas práticas de Educação, da Saúde, da Assistência Social da Cultura, da Arte e dos diversos debates os temas de novas inclusões como a comunidade LGBTQIA+ com toda a sua pluralidade, a igualdade de gênero, dentre outras.

6. Construir um projeto antirracista para a atuação junto à Educação Básica em Betim;
7. Conhecer o Estatuto da Igualdade Racial é dever de todas e todos. Ao vencermos as eleições e assumirmos a Coordenadoria da Igualdade Racial, todas e todos os ocupantes de cargos no governo, deverão ser sensibilizados a conhecer e defender as políticas de igualdade racial e as melhores maneiras de combater o racismo institucional;
8. Criar espaços culturais para o corpo negro: organizar os temas da literatura do povo negro e da cultura afro-brasileira nas bibliotecas, ampliando espaços de igualdade racial para a juventude, na pós-pandemia; do campo de futebol (com conteúdo para o povo negro) à própria estrutura do governo deve ter marcas, cores, motivos, símbolos e representações da população negra; promover simpósios, encontros, rodas de conversa, o Dia da Consciência Negra; concurso de poesias; etc..
9. Implementar ações governamentais, de promoção das políticas de igualdade, com especial atenção à prevenção de injustiças, como as de ser acusada de “crimes” que os brancos não são e à qualificação das trabalhadoras e dos trabalhadores em saúde, acerca das especificidades da saúde da população negra e das doenças físicas e mentais decorrentes do racismo;
10. Desconstruir o preconceito de falar sobre o racismo – “o maior entrave do combate ao racismo é a dificuldade de se envolver neste assunto” – sempre que necessário;
11. Resgatar o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR) para, de fato, representar a luta contra o racismo em Betim.
12. A Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial, juntamente com as Universidades, deve realizar estudos sobre a situação do povo negro na cidade para melhor desenvolver as políticas públicas de promoção da igualdade, combate ao racismo e de inclusão social;
13. Garantir a participação de negras e negros nos espaços dos Poderes Públicos (executivo/parlamentar). Desenvolver processos participativos de educação técnico-política e cidadã, com engajamento nas causas, lutas e políticas com

consciência de classe, contra o feminicídio e a cultura patriarcal, fortalecendo o debate político e cuidando das pessoas com representatividade;

14. Os vereadores devem compor seus gabinetes considerando-se o cumprimento das quotas defendidas pelo Partido.
15. O 3º Setor (Ongs) que atua com políticas de promoção da cultura afro-brasileira e combate ao racismo deve ser reconhecido e atuar juntamente com o Poder Público. O governo do PT deve providenciar possibilidades de incorporar as pautas de ação desse setor como políticas públicas.
16. Criar espaço na Prefeitura, para as manifestações de reclamação, denúncias ou outras, para que servidores públicos possam explicitar o que acontece no ambiente de trabalho em relação a assédios, racismo e preconceitos contra as mulheres, pessoas LGBTQIA+, dentre outros.

II – Enfrentar a vulnerabilização e a violência contra a juventude negra, a partir da criação de programas específicos que reduzam os índices de mortalidade e encarceramento dessa população:

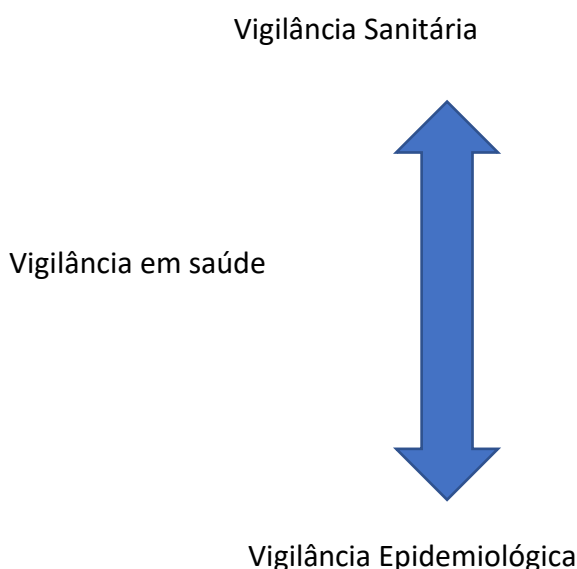
1. Interromper as práticas de combate à violência e às drogas, criminalizando a juventude e o povo negro como se fossem naturalmente violentos e vinculados às práticas ilícitas de uso abusivo de drogas e agentes do tráfico;
2. Implantar políticas públicas que busquem a igualdade de tratamento, a isonomia de salários, remuneração e oportunidades no trabalho, por meio da implantação das políticas de cotas e programas de geração de renda e empreendedorismo;
3. Criar programas de formação, qualificação e capacitação de jovens negras empreendedoras e jovens negros empreendedores – incluindo as especificidades das comunidades negras tradicionais (congados e comunidades de terreiros) e rurais – em parceria com o Sistema “S”, as escolas técnicas e universidades;
4. Implantar um Pacto Municipal de Enfrentamento da Violência contra a Mulher, articulado com ações na área de Segurança Pública que visem à superação da discriminação de gênero e raça;
5. Construir mecanismos efetivos de participação dos congados e comunidades de terreiros, respeitando as especificidades de cada Região, inclusive assegurando

a consulta pública livre e informada, quando se tratar de ações que afetem a vidas das comunidades de congados e terreiros;

6. Estabelecer políticas que permitam a defesa e prática da liberdade e diversidade religiosa, desenvolvendo campanhas institucionais contra o racismo religioso e pela valorização das religiões de matriz africana.

Saúde

1. VIGILÂNCIA EM SAÚDE



- 1.1. Redefinir o processo de trabalho;
- 1.2. Elaborar os Planos de Ação para Vigilância Epidemiológica, Sanitária e para o Centro de Controle de Zoonoses e Endemias;
- 1.3. Retomar a Gestão colegiada e ações integradas entre as Vigilâncias em Saúde;
- 1.4. Implementar a Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis;
- 1.5. Estruturar e implementar o Núcleo Hospitalar de Epidemiologia no HPRB e implantar núcleos nas UPAS, isso foi definido nas Conferencias Municipais de Saúde.

- 1.6. Retornar com o projeto REVISA e capacitar os servidores sobre às ações de Vigilância;
- 1.7. Descentralizar as ações de Vigilância em Saúde, inserindo no cotidiano das equipes de Atenção Primária;
- 1.8. Desenvolver ações integradas entre si, internas entre as instâncias de Vigilância em Saúde com a Rede de Assistência, com participação popular, delineando os problemas nos territórios de abrangência das ações. É a organização de uma prática de informação para ação definidora de processos de intervenções interativos com ações intersetoriais acompanhadas por mecanismos de gestão e governança integrados.
- 1.9. Elaborar um mapa de intervenção sobre os condicionantes, os riscos e os impactos à saúde. (extraído da 1ª conferência em Vigilância a Saúde- 2017).
- 1.10. É imperativo que a Vigilância em Saúde se reconheça na agenda da determinação social da saúde trazendo para si a construção de conhecimentos e práticas transdisciplinares e transeitoriais.
- 1.11. Redefinir ações para enfrentamento da epidemia de sífilis no âmbito municipal;
- 1.12. Divulgar com regularidade os dados e informações relacionadas às doenças e agravos de notificação compulsória e de importância para a Saúde Pública.
- 1.13. Acompanhar a implantação dos sistemas de informação nas Unidades de Saúde.
- 1.14. Implantar um processo de educação permanente de Vigilância em Saúde para profissionais da rede.
- 1.15. Criar um fórum permanente de discussão e Integração com a Diretoria Operacional de Saúde.
- 1.16. Implantar salas de vacina em todas as Unidades de Saúde com funcionamento em horário integral.
- 1.17. Promover mecanismos de aproximação com a rede particular de atendimento em Betim.

- 1.18. Viabilizar a Notificação de Agravos e Doenças de Notificação Compulsória de forma descentralizada nas Unidades de Saúde da rede com registro e transferência eletrônicos.
- 1.19. Planejar ações estratégicas de forma integrada com outros setores da Vigilância em Saúde, inclusive do Centro de Controle de Zoonoses e Endemias (CCZE) e Imunização.
- 1.20. Criar comissão multiprofissional e intersetorial capacitada para enfrentamento das emergências em Saúde Pública, com profissionais experientes, qualificados e atualizados sempre que ocorrerem.
- 1.21. Criação de um órgão intersetorial dentro do governo destinado a atenção à saúde de pessoas asiladas e/ou abrigadas, trabalhando dentro da Vigilância Sanitária e atuando nas investigações a surtos de Covid-19 dentro dessas instituições. Os fluxos e protocolos atuais não contemplam o cuidado à saúde e manutenção da vida dessas pessoas.

2. REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE

- 2.1. Contratar consultoria qualificada para a Secretaria de Saúde como feito em 1995, com a Unicamp.
- 2.2. Formar um grupo para discutir os desafios da Atenção Básica.
- 2.3. Realizar Concurso Público para repor os quadros de servidoras e servidores.
- 2.4. Realizar eleição para gerentes das Unidades de Saúde.
- 2.5. Aumentar o financiamento para Atenção Básica que é a porta de entrada do SUS.
- 2.6. Retornar o funcionamento regular dos conselhos locais de saúde.
- 2.7. Retornar os colegiados gestores nos órgãos da Secretaria Municipal de Saúde.
- 2.8. Promover as práticas de Intersetorialidades com outras Secretarias do Governo.
- 2.9. Implementar sistemas de informatização da rede de atenção à saúde.
- 2.10. Retornar o acolhimento em todas as Unidades da Rede do SUS Betim.

- 2.11. Fortalecer a Mesa de Negociação Permanente do SUS entre Gestores e Trabalhadores.
- 2.12. Discutir amplamente o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) entendendo que o profissional da saúde quando capacitado devolve a população no cuidado o seu conhecimento.
- 2.13. Fortalecer a Diretoria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde, bem como construir protocolos de ações e procedimentos sobre a Saúde do Trabalhador da Saúde.
- 2.14. Criar, não apenas na saúde, mas em todos os setores, estruturas e processos de gestão participativa do conhecimento para que façamos o enfrentamento político da guerra de informação. Na saúde a gestão do conhecimento deve ser articulada com a gestão do trabalho, com a educação na saúde (rede de saúde de ensino com educação popular, educação permanente e formação de profissionais), com o controle social do SUS e com a comunicação social em saúde. A gestão do conhecimento implica no investimento para incorporação intensiva de tecnologias da informação e do conhecimento em sistemas de registro eletrônico em saúde, inclusão digital, telessaúde, internet das coisas, (IOT), inteligência artificial (AI) e rede sociais.
- 2.15. Retomar discussões as sobre Gratificação do SUS, Cartão Cesta servidor, Licença Maternidade, Licença Paternidade e Folga de Aniversário.

3.3 Construção articulada e integrada das políticas sociais

Para eficácia das políticas e bom uso do dinheiro público, as orientações e o processo de gestão das políticas deverão favorecer a articulação e a coordenação intersetorial e matricial das ações, isto é, trata-se de incentivar a coordenação de políticas e programas que envolvam mais de uma secretaria ou área, sob coordenação central de governo,

superando a tradicional fragmentação em função da estrutura vertical de cada área – legislação federal, vinculações orçamentárias etc.

A implantação das políticas públicas deve considerar as necessidades e a desigualdade territorial no município. Isso implica distribuição adequada de equipamentos e serviços públicos, favorecendo exatamente os lugares mais desiguais, social e economicamente, e provendo soluções para as necessidades e demandas de seus moradores e moradoras.

Por isso tudo, é fundamental a instituição do planejamento integrado das políticas públicas e acompanhamento de sua execução. Para tanto, é importante também investir na formação e na comunicação, visando ampliar o conhecimento da sociedade sobre elas.

O primeiro passo é fazer o diagnóstico da situação inicial da estrutura de gestão e de legislação do município. Conhecer a legislação que regula cada área, orçamento previsto e executado na cidade, as condições de acesso ao serviço; quantidade de pessoas atendidas em relação à demanda, situação dos equipamentos públicos; prédios e equipamentos; condição de provimento de materiais e módulos de pessoal; qualidade dos serviços; estrutura e dinâmica de gestão; se e como a população participa da discussão e definição de Leis e políticas.

3.4 Gestão democrática, eficiente e com controle social

Os governos petistas criaram e implantaram canais e mecanismos de diálogo e participação na gestão das políticas sociais, nas fases de elaboração, planejamento, execução e avaliação, que se tornaram características amplamente reconhecidas do Modo Petista de Governar e de Atuação Parlamentar.

A participação dos setores sociais diretamente interessados na elaboração e execução das políticas sociais contribui para disputar junto à sociedade as concepções e valores que constroem a cultura de direitos e cidadania. Esta não é uma tarefa fácil, uma vez que o clientelismo e a expectativa de obter privilégios na relação com atores públicos (fundamento do patrimonialismo) são muito enraizados em nossa sociedade. Por isso

mesmo, este Plano de Governo é instrumento para evidenciar as posições e buscar construir maioria em torno delas.

Ele foi estruturado a partir de intensa interlocução com a sociedade durante o período pré-campanha. Foram realizadas reuniões virtuais, em 25 Plenárias, organizadas por temas e regionais de Betim. Além disso, uma Plataforma específica foi criada (www.mariadocarmoescutabetim.com.br) com o objetivo de estabelecer diálogo com todas e todos os cidadãos betinenses, que atenderam ao convite depositando, no período de um mês, 268 sugestões para construir uma cidade mais inclusiva e sustentável.

Tal disposição para a escuta é diretriz do governo do PT, concretizada por meio de canais de participação e de controle social, e deverá contribuir para a discussão dos interesses em conflito e para a democratização do acesso e qualidade das políticas.

A definição de diretrizes e critérios públicos, elaborados e pactuados com ampla participação cidadã e expostos ao controle social, é uma característica que distingue uma política social de interesse público dos serviços oferecidos pelo mercado e atrelados a interesses pessoais e privados.

3.5 Promover igualdade com equidade, superação das iniquidades e a defesa dos direitos humanos

A experiência histórica da escravidão e a exploração das mulheres são partes inseparáveis do desenvolvimento capitalista no Brasil e têm deixado marcas profundas na sociedade brasileira. Essas práticas deletérias demonstram que as contradições de classe e as assimetrias de raça e gênero estruturam as desigualdades no País, tendo por base profundas hierarquias e processos de exclusão. As diversas faces da heterogeneidade e da pluralidade, que compõem e caracterizam a sociedade brasileira, abarcam as diferenças de gênero, raça e geracionais, de orientação sexual e de capacidades.

O reconhecimento destas diferenças e dos violentos processos de discriminação, que dão suporte e aprofundam as desigualdades, justificam constar, neste Programa, políticas sociais reparadoras e ações afirmativas.

A igualdade entre as pessoas é um pressuposto básico dos direitos humanos fundamentais e estamos propondo políticas que incentivem a sociedade a combater as situações que promovem preconceito, discriminação e exclusão social de qualquer natureza.

O PT entende que nenhuma política pública deve ser compreendida como benemerência, nem mesmo a assistência social, a qual, tradicionalmente, ou mais diretamente, atribui-se essa condição. As ações adotadas nos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, como o programa Bolsa Família, os serviços socioassistenciais, a rede de proteção social, a política de segurança alimentar e nutricional e o Plano Brasil Sem Miséria se constituíram em políticas entendidas como direitos, superando ações pontuais, fragmentadas e fragmentárias que marcaram práticas de governos anteriores.

Essa concepção orienta as propostas de políticas públicas apresentadas. Elas promovem o respeito aos direitos humanos, articulado com os direitos sociais, civis e políticos, direito à segurança, à privacidade, ao acesso à justiça, a não discriminação, ao tratamento justo e digno para todos os cidadãos e cidadãs. Estabelecem políticas municipais específicas para as crianças e adolescentes, entendendo-as como sujeitos de direitos, orientadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), voltadas à Erradicação do Trabalho Infantil, o combate à violência contra crianças e adolescentes, em particular a violência sexual. Asseguram os direitos específicos da juventude (15 a 29 anos), de acordo com as diretrizes apresentadas no Estatuto da Juventude (Lei 12.852/13), que são: educação; profissionalização; direito ao trabalho e à renda; diversidade e igualdade; saúde; cultura; comunicação e liberdade de expressão; desporto e lazer; direito ao território e à mobilidade; sustentabilidade e meio ambiente; segurança pública e acesso à justiça.

Além disso, atentam para garantir condições de segurança e mobilidade para que idosos e pessoas com deficiência não sejam excluídos e alijados da convivência social, que

possam frequentar os espaços públicos da cidade, desfrutar do lazer e ter acesso à produção cultural e práticas esportivas. Ações no sentido de garantir o direito à cidade para todas as pessoas com deficiência são apresentadas, bem como para a geração de emprego e renda.

Portanto, é necessário:

- ✓ Enfrentar e fazer oposição aos Governos Federal, Estadual e Municipal contra a perda de Direitos;
- ✓ Defender a revogação da Lei do teto de gastos (Emenda Constitucional nº 95);
- ✓ Assegurar direitos universais e integrais dialogando com a transição ecológica, criando condições para a promoção da igualdade de gênero e racial, com combate ao racismo, ao machismo, à violência contra a mulher, à LGBTQIA+fobia;
- ✓ Garantir alimentação, saúde, educação, cultura, assistência social, a segurança pública, meio ambiente protegido, esporte e lazer;
- ✓ Implementar, sustentar e defender as políticas de gênero, raça/cor, defesa do idoso, da criança e do adolescente;
- ✓ Promover políticas para as mulheres, visando à igualdade de gênero;
- ✓ Promover políticas de igualdade racial;
- ✓ Priorizar os cuidados à primeira infância;
- ✓ Promover os direitos dos idosos;
- ✓ Promover os direitos da juventude, especialmente a liberdade, a educação integral, a saúde, o esporte e o lazer e a cultura;
- ✓ Promover a inclusão das pessoas com deficiência;
- ✓ Promover a cidadania da comunidade LGBTQIA+;
- ✓ Promover os direitos dos povos das áreas rurais;
- ✓ Defender os Direitos de todas e de todos os consumidores.

4. GESTÃO ÉTICA, DEMOCRÁTICA E EFICIENTE

Em suas experiências de governo o PT tem assegurado a primazia do Estado na condução das políticas públicas, investindo na capacidade de realizar o planejamento e a gestão das políticas públicas, criando canais de participação na sua formulação, monitoramento e controle social.

Esse modelo deverá ser ainda mais fortalecido no município, na gestão 2021-2024, uma vez que o governo federal tem trabalhado obstinadamente na implementação de uma agenda de Estado Mínimo, resultando na redução de políticas públicas fundamentais para a população brasileira, especialmente os mais pobres. A extinção dos espaços de participação social, como conselhos, comitês e fóruns, representa um ato deliberado de autoritarismo que se soma ao desrespeito à Constituição e aos demais poderes, numa ameaça permanente à democracia.

Em Betim, a proposta de Governo do PT será oposta ao Estado Mínimo e à pauta privatista. As pesquisas apontam claramente que a população defende que o Estado apresente resultados confiáveis, com eficiência, eficácia e efetividade, com boa utilização de seus recursos financeiros, humanos e técnicos, sem desperdícios. Os serviços públicos, como educação, saúde, transporte, esgoto, entre outros, são vistos como funções públicas fundamentais.

O objetivo é fortalecer o Estado, o que pressupõe enfrentar o desafio de instituir um novo modelo de gestão na administração pública que tenha como principais diretrizes:

- ✓ Instituir uma gestão democrática;
- ✓ Garantir uma gestão ética e transparente, que seja capaz de transformar a relação entre o Estado e a Sociedade;
- ✓ Reconstruir a capacidade institucional e gerencial do Estado;
- ✓ Estabelecer uma gestão inovadora, capaz de prestar melhores serviços e promover políticas públicas eficazes para realidade do município;
- ✓ Buscar permanentemente a qualidade do gasto.

Outro elemento importante para novo modelo de gestão é o conceito de transição ecológica, que tem como objetivo central promover a construção de sociedade sustentável, conjugando desenvolvimento com maior qualidade de vida dos seres humanos e manutenção dos recursos naturais. Setor público e sociedade enfrentando juntos o desafio da crise climática e as ameaças ao bem-viver. Nesse sentido, serão garantidas práticas e inovações verdes como motores de crescimento inclusivo, desenvolvimento e oportunidades para as cidadãs e os cidadãos.

4.1. Gestão Democrática

A participação da sociedade é um dos elementos mais importantes do novo modelo de gestão a ser adotado pela administração do PT. Como já ocorreu em gestões anteriores do partido no município, a interlocução do governo com os diferentes segmentos sociais, por meio dos canais de participação e do controle social, contribuirá para a discussão dos interesses em conflito e para a democratização do acesso e qualidade das políticas.

O processo participativo, em que políticas públicas e serviços são moldados em conjunto com quem os usa e de acordo com suas necessidades, produz ganhos em três dimensões. Primeiro, melhora a qualidade e eficácia ao obter resultados mais próximos à demanda. Em segundo, a utilização de mecanismos de cooperação (coprodução) e cogestão agregam novos recursos e ideias vindos da população participante. Por fim, não menos importante, trata-se de empoderamento da sociedade civil, elemento fundamental de fortalecimento da democracia.

Além disso, a participação dos setores sociais diretamente interessados na elaboração e execução das políticas públicas contribui para disputar junto à sociedade as concepções e valores que constroem a cultura de direitos e cidadania. Esta não é uma tarefa fácil, uma vez que o clientelismo e a expectativa de obter privilégios na relação com o governo é muito enraizada em nossa sociedade.

Portanto, o governo deverá dialogar com os vários segmentos da sociedade em cada área, respeitar e valorizar a existência de conselhos e outros mecanismos de controle social e dotá-los de infraestrutura e recursos orçamentários próprios.

4.2. Gestão Ética e Transparente

Há muito a sociedade brasileira vem exigindo uma nova ética nos governos, uma nova forma de administrar, com mais responsabilidade, mais transparência e voltada à concretização dos direitos e das garantias fundamentais.

Essa nova ética é composta por vários aspectos, e o combate à corrupção é certamente o mais forte deles, mas não podem ser esquecidos outros, como a transformação da relação do Estado com a sociedade, a forma de garantir a governabilidade e como são tratadas as populações mais vulneráveis.

Este Plano de de Governo assume que a administração municipal dará grande importância a tais aspectos, da seguinte forma:

a. Combater a corrupção

A corrupção impede o crescimento econômico, social e cultural; destrói a democracia, a aplicação da lei e violenta os direitos fundamentais do ser humano. É necessário enfrentar o problema sob uma nova perspectiva, trazendo a sociedade para a posição de parceira ativa e indispensável a essa tarefa de enfrentamento de interesses e hábitos arraigados e alimentados pela impunidade. Para que isso ocorra, é importante o incremento da transparência pública e do estímulo ao controle social.

Nesse sentido, a administração terá um órgão governamental específico, devidamente estruturado, com a missão de desenvolver e implementar estratégias de combate à corrupção e à impunidade, visando ao aperfeiçoamento dos métodos e sistemas de controle da gestão pública.

b. Transformar a relação entre Estado e Sociedade

Um novo modelo de gestão deve considerar os vários aspectos da relação do Estado com a sociedade, de forma que ela seja sedimentada na democracia, na participação, no tratamento ético de todos, especialmente das minorias.

c. Aperfeiçoar os serviços de Livre Acesso à Informação

A Lei de Acesso à Informação (LAI) estabelece a transparência e a disseminação de conteúdo relevante sobre as instituições públicas à população. É um instrumento de prestação de contas e transparência do governo, que deve disponibilizar mecanismos que possibilitem a qualquer pessoa, jurídica ou física, o acesso a dados públicos – Serviços de Informação ao Cidadão (SIC).

O compromisso do governo do PT é aperfeiçoar os Serviços de Informação ao Cidadão, além de ampliar e qualificar os conjuntos de dados disponibilizados pelos órgãos num Portal de Dados Abertos.

4.3 Reconstruir a Capacidade Institucional e Gerencial do Estado

A reconstrução da capacidade de governo deve considerar que é preciso estabelecer as principais prioridades para os quatro anos de governo, de forma a compatibilizá-las. O resultado dessa compatibilização deve ser um plano de trabalho de *fortalecimento do Estado*, para garantir as condições de realização das prioridades, de forma que consiga atender as principais demandas da população com qualidade e eficiência.

A reconstrução da capacidade institucional exigirá ações em diversas dimensões, tais como:

- ✓ Bom uso dos instrumentos de planejamento e monitoramento de ações;
- ✓ Adoção de metodologias para formulação e avaliação das políticas públicas, com o estabelecimento de metas e indicadores para avaliação dos serviços públicos;
- ✓ Reestruturação, criação de órgãos e novas contratações de servidores públicos;
- ✓ Integração de políticas públicas;

- ✓ Descentralização administrativa;
- ✓ Parcerias na formulação e execução de serviços públicos;
- ✓ Envolvimento, capacitação e valorização dos servidores públicos.

4.4 Gestão Inovadora

A capacidade de inovar é um requisito fundamental do modelo de gestão capaz de transformar a administração pública de forma a dar saltos de qualidade no funcionamento do Estado e na prestação dos serviços públicos.

Inovar pressupõe que as políticas, os processos organizacionais e os serviços serão continuamente melhorados, de forma eficaz e eficiente, transparente, participativa e ética, gerando mais valor para a sociedade e mais confiança no Estado.

A inovação no exercício da gestão pública diz respeito não apenas a inovar na forma de se prestar os serviços, como também na concepção dos mesmos, ou na agregação de novas agendas. São muitos os exemplos de inovação implantados pelos governos do PT em Betim referências para novas propostas, como o Orçamento Participativo, a Reforma Administrativa, o Acolhimento Humanizado nas Unidades e Serviços de Saúde, o Programa Escola da Gente (Educação Integral).

Inovar implica atacar as limitações das dimensões da gestão pública. Nesse sentido, as transformações não podem ser compreendidas como reformas isoladas ou pontuais, mas sim como ações integradas. Por isso, sua incorporação à agenda de governo requer comprometimento dos vários órgãos e pessoas, criatividade, colaboração e disposição ao erro. Dessa forma, será destinada uma área, vinculada ao gabinete da prefeita, para atuação exclusiva na melhoria da gestão, sem outras competências que disputem sua atenção.

Inovar exige investimentos de recursos técnicos, políticos, administrativos e financeiros na melhoria e aperfeiçoamento dos procedimentos com maior impacto na prestação de

serviços ao cidadão e cidadã; das tecnologias disponíveis; no ambiente físico; na concepção e desenho das políticas públicas.

Nesse contexto de inovação, surge o conceito de Governo Aberto, considerando que a inovação não é tarefa exclusiva do governo e que a participação do cidadão é fundamental para que a administração pública corresponda às expectativas da população.

Para inovar e promover maior eficácia das políticas públicas e serviços, a estratégia de Governo Aberto coloca o cidadão e cidadã, com seu conhecimento e experiência, no centro do processo de formulação, implementação e gestão de políticas e serviços públicos. O conceito de participação é, assim, ampliado para a discussão das políticas e serviços desde a sua formulação.

Isso exige a criação de um ambiente colaborativo, que requer metodologias e ferramentas adequadas, que promovam a colaboração em rede, sinalizando para uma gestão mais horizontal e interativa, com uma série de vantagens: gestão mais adaptativa e com soluções mais integrais; ideias, conhecimento e coprodução vindos da cidadania participante; acesso a mais lugares e pessoas que a organização pública sozinha não alcançaria; valor recíproco para as pessoas que estão dedicando seu tempo.

4.5 Qualidade da Despesa Pública

O compromisso com a qualidade da despesa pública deve estar sempre presente na administração, pois os recursos financeiros são escassos e as demandas da população são enormes.

Esse compromisso ganha ainda maior relevância nesse momento em que a perspectiva é de crescimento econômico muito baixo, logo redução das receitas; e, na melhor das hipóteses, ocorrerá a manutenção do alto nível de desemprego com recorde de trabalho informal, o que leva cada vez mais pessoas a depender dos serviços públicos, inclusive daqueles setores sociais que os supriam junto à iniciativa privada – saúde e educação são os exemplos mais fortes.

Além disso, a adoção do Teto de Gastos pelo governo federal reduz ainda mais o gasto público, que estrangulará os repasses para os municípios em todas as áreas: educação, saúde, assistência social e infraestrutura. Os governos estaduais também passam por grave crise fiscal.

Para otimizar a utilização dos recursos, o governo como um todo – gestores e servidores, precisa estar sintonizado com esse compromisso. Por essa razão, é necessário desenvolver uma cultura organizacional preocupada com o bom uso do recurso público, mas evitando cair na armadilha de ajuste fiscal puro e simples.

Na situação atual, com a precariedade instalada por conta da redução dos recursos financeiros disponíveis, bem como com a ampliação das demandas públicas compensatórias do quadro de crise social, torna-se ainda mais fundamental potencializar outros recursos além dos financeiros.

É indispensável que todas as áreas do governo se envolvam nessa tarefa, visto que há oportunidades de otimização em todas elas. Esse processo consiste em um conjunto grande de medidas simples e outras complexas. Por isso, é importante criar um núcleo de inteligência para coordenar esse trabalho e orientar as áreas para adotar as medidas necessárias para alcançar esse objetivo. É imprescindível fazer uso intensivo de análise de dados para racionalização desses gastos e dos demais recursos envolvidos. No âmbito específico das áreas-meio, utilizar bases de dados sobre pessoal, licitações e contratações, pagamentos, consumo, parcerias envolvidas, documentação e atendimento ao cidadão e cidadã para encontrar padrões recorrentes, lacunas, potenciais desperdícios e oportunidades de aperfeiçoamento da gestão.

Portanto, faz-se necessário:

- ✓ Promover a ética e a transparência na gestão da cidade;
- ✓ Promover uma Gestão Democrática em todos os sentidos em relação à cidade;
- ✓ Garantir a Capacidade Administrativa da Prefeitura para uma nova gestão;
- ✓ Valorizar os Servidores;
- ✓ Promover uma Gestão Inovadora na Prefeitura;

- ✓ Promover a Qualidade da Despesa Pública;
- ✓ Promover uma Comunicação de Governo para toda a população da cidade.

5. PARTICIPAÇÃO POPULAR E CONTROLE SOCIAL PARA CUIDAR DE BETIM

No período de redemocratização do país, na década de 1980, movimentos sociais e setores diversos da sociedade se organizaram para lutar por direitos e melhoria das condições de vida. A intensa capacidade de mobilização social, especialmente durante a fase pré-constituente, resultou em uma Constituição que assegurou a participação social como eixo fundamental na gestão e no controle das ações governamentais.

Esse novo formato institucional ocorreu no Brasil a partir dos anos de 1990 nas três esferas de governo resultando, onde foi efetivamente aplicado, em políticas públicas condizentes com as reais necessidades das populações locais, bem como em um melhor acompanhamento e controle da sociedade sobre os gastos públicos.

Outra consequência observada em governos que adotaram mecanismos de participação cidadã foi uma mudança na relação entre Estado e Sociedade. Se anteriormente havia centralização decisória e financeira, ausência de controle social e de avaliação e opressão de direitos, as inovações contribuíram para efetivar a reconquista dos direitos civis e políticos, assim como introduziram mecanismos institucionais para garantir a vigência dos direitos sociais e a efetiva proteção social contra riscos e vulnerabilidades.

O Orçamento Participativo (OP) foi adotado pela primeira vez pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil em 1989 como forma de promover justiça social, responsabilidade e transparência. Mecanismo governamental de democracia participativa, o OP possibilita que cidadãos intervenham diretamente sobre a gestão financeira, orçamentária e contábil das entidades públicas. O entendimento é que o orçamento público não deve ser apenas um instrumento técnico de gestão econômica, mas um instrumento de planejamento com imenso conteúdo político e social, cuja

função é cuidar dos recursos públicos e investi-los de forma a atender as necessidades do município e as prioridades demandadas pela população.

Betim foi um dos primeiros Municípios brasileiros a implantar o OP, já na 1ª gestão de Maria do Carmo (1993-1996) e está entre os Municípios com experiências bem-sucedidas do OP porque, nos três mandatos do PT, houve vontade política e cooperação entre os membros da prefeitura e da sociedade; continuidade administrativa e maturidade no processo; participação da comunidade nas assembleias; coesão entre planejamento, técnica, administração e OP, resultando no atendimento de quase a totalidade das ações priorizadas e na credibilidade do processo.

Além disso, as administrações do PT criaram Conselhos e realizaram Conferências de Políticas Públicas que, gradativamente, conquistaram a capacidade de influenciar o planejamento e a implementação de políticas em áreas como saúde, assistência social, educação e cultura.

Em Betim, um novo governo do Partido dos Trabalhadores defenderá a soberania popular e a democracia cidadã participativa na identificação e análise dos problemas, bem como na definição de ações prioritárias para a solução dos mesmos; e no acompanhamento e monitoramento da implementação das ações.

Portanto, neste Plano de Governo reafirmamos o compromisso de realizar o Orçamento Participativo e prover as condições necessárias para o pleno funcionamento dos diversos Conselhos, bem como a realização de Conferências de Políticas Públicas e de Igualdades, do Governo Aberto (espaço digital de transparência), com a introdução de práticas de cidadania comprometidas com a solidariedade o interesse comum e os valores do Bem Viver.

REFERÊNCIAS

BETIM, Minas Gerais. **Plano Decenal de Educação** – Lei Municipal nº 5.910, de 19 de junho de 2015.

BOTELHO, I. (Compilador, Autor, Introdução), FREIRE, C. E. T (Autor), OLIVEIRA, M. C. V. (Autor), FIORI, M. (Autor), MIRANDA, D. S. (Prólogo). **Dimensões da Cultura:** políticas Culturais e seus desafios, out/2016.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Lei Federal nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

BRASIL, Minas Gerais, Betim, IBGE, Panorama, <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/betim/panorama> em 07 de setembro de 2020.

BRASIL, Minas Gerais, Betim, Portal QEdu Fundação Lemann, <https://www.qedu.org.br/cidade/1593-betim/censo-escolar> em 07 de setembro de 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde, Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz), Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), Manual sobre biossegurança para reabertura de escolas no contexto da Covid-19 https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/manual_reabertura.pdf, em setembro de 2020.

Carta das Cidades Educadoras, 1º Congresso Internacional das Cidades Educadoras, Barcelona, em Novembro de 1990, III Congresso Internacional (Bolonha, 1994) e Génova (2004), em <https://www.edcities.org/rede-portuguesa/wp-content/uploads/sites/12/2018/09/Carta-das-cidades-educadoras.pdf> em setembro de 2020.

CASTRO, H., Live: Especialista da Fiocruz: Retorno às aulas não é responsabilidade da família... - Veja mais em <https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/08/17/responsabilidade-por-possivel-2-onda-nao-e-das-familias-diz-especialista.htm?cmpid=copiaecola>, em setembro de 2020.

COVID-19 E REABERTURA DAS ESCOLAS - Descrição da Evidência Científica - Impactos Sobre a Pandemia, Socioeconômicos e Educacionais,

<https://midias.agazeta.com.br/2020/08/18/estudo-sobre-volta-as-aulas-302088.pdf>,

em agosto de 2020.

FRIGGI, M., A Invisibilidade do Magistério Brasileiro no Delicado Processo de Retorno às Aulas Presenciais Durante a Pandemia,

<https://oppceufc.wordpress.com/2020/07/21/a-invisibilidade-do-magisterio-brasileiro-no-delicado-processo-de-retorno-as-aulas-presenciais-durante-a-pandemia/>

Acesso set. 2020.

GOMES A. C..<http://www.memoriasebiscuits.com.br/2020/08/30-anos-de-educacao-em-nivel-municipal.html>

PARTIDO dos Trabalhadores, Escola Nacional de Formação do PT, Curso de Formação - Ideias pra Vencer - A construção do Modo Petista de Governar, Aula-Eixo Políticas sociais e realização de direitos e Eixo articulador transição ecológica para o século XXI, 2020.

PORTAL da Transparência do Município de Betim/Servidores, <http://servicos.betim.mg.gov.br/appsgi/servlet/wmtranspinicial>

http://servicos.betim.mg.gov.br/appsgi/servlet/teladinamica_q?ptservidores. Acesso em 7 set. 2020.

PORTAL da Transparência do Município de Betim/Convênio Concedido, <http://servicos.betim.mg.gov.br/appsgi/servlet/wmportaltranspsemca?..%2F..%2Fappzeus%2Fservlet%2Fwmconveniportal>. Acesso em 7 set. 2020.

PORTAL da Transparência do Município de Betim/Empenho, <http://servicos.betim.mg.gov.br/appsgi/servlet/wmportaltranspsemca?..%2F..%2Fappzeus%2Fservlet%2Fwmdespesaportal>. Acesso em 7 set. 2020.

PORTAL da Transparência do Município de Betim/Plano de Metas, http://servicos.betim.mg.gov.br/appsgi/servlet/teladinamica_q?ptplanometas Acesso em 7 set. 2020.

PORTAL da Transparência do Município de Betim/Receita, <http://servicos.betim.mg.gov.br/appsgi/servlet/wmportaltranspsemca?..%2F..%2Fappzeus%2Fservlet%2Fwmreceitaportal> Acesso em 7 set. 2020.

VALENCIA, N., SBEGHEN, C. (tradução). Arquitetos que projetam prisões são os mesmos que projetam escolas (ou como pensar a escola do século XXI), <https://www.archdaily.com.br/br/785131/aqueles-que-desenharam-as-prisoas-tambem-desenharam-os-colegios-ou-como-pensar-a-escola-do-seculo-xxi> Acesso em: Set. 2020.